

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANÁLISE DO AJUSTE PATRIMONIAL DOS BANCOS PRIVADOS, ÀS VARIAÇÕES
MACROECONÔMICAS NO PERÍODO DE 1990 a 2002.

CURITIBA
2004

KELEN GONEN DE FRANÇA

**ANÁLISE DO AJUSTE PATRIMONIAL DOS BANCOS PRIVADOS, ÀS
VARIAÇÕES MACROECONÔMICAS DE 1990 a 2002**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção de graduação.

Orientador: **Prof. Dr. Marcelo Curado**

Curitiba, dezembro de 2004.

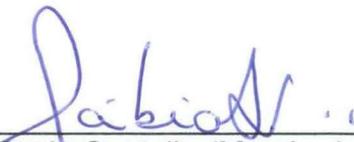
Kelen Gonen de França

**ANÁLISE DO AJUSTE PATRIMONIAL DOS BANCOS PRIVADOS, ÀS
VARIAÇÕES MACROECONÔMICAS DE 1990 a 2002**

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção de graduação no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela banca examinadora formada pelos professores:



Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado (Orientador)



Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin (Membro)



Prof. Romeu Herbert Friendlaender Júnior (Membro)

Curitiba, dezembro de 2004

Agradeço a Deus, pela minha vida e meu sucesso em mais essa etapa vencida.

A meus pais, Rosalvo e Cleusa, pela vida que me deram e pelos valores que me ensinaram.

A todos os professores do Curso de Ciências Econômicas, pela dedicação e gosto a essa missão nem sempre tão fácil, a de ENSINAR.

Em especial, ao Prof. Marcelo Curado, pela sua valiosa orientação. Seus conhecimentos e experiências foram fundamentais e facilitaram o trabalho.

Aos meus amigos, especialmente à Ligiane, pelas alegrias e dificuldades compartilhadas no decorrer da vida universitária.

A todos, muito obrigada.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICO	v
LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE SIGLAS	vli
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	3
1 PLANO REAL E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS	3
1.1 PAI – Programa de Ação Imediata	4
1.2 Criação da Unidade Real de Valor (URV)	6
1.2.1 A Unidade Real de Valor e o Mercado Financeiro	7
1.3 Lançamento do Real	8
1.4 Políticas Econômicas e Primeira Fase do Real 1994/1999	8
1.4.1 Política Fiscal	9
1.4.2 Política Cambial	11
1.4.2.1 Instabilidade Externa	14
1.4.3 Política Monetária	17
1.5 Políticas Econômicas e a Segunda Fase do Plano Real	22
CAPÍTULO 2	27
2 HISTÓRICO RECENTE DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO	27
2.1 Sistema Financeiro e mudanças no ambiente econômico	27
2.2 Alterações na Legislação	32
2.3 Mudanças Estruturais do Sistema Financeiro	39
CAPÍTULO 3	43
3 AJUSTE PATRIMONIAL DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1990/1998	43
3.1 Estratégia do capital bancário no fim da alta inflação	43
3.2 Desempenho dos bancos privados no início no Plano Real	46
3.3 As crises bancárias, asiática e russa	53
CAPÍTULO 4	57
4 AJUSTE PATRIMONIAL DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1999/2002	57
4.1 Análise do desempenho dos Bancos, em seu conjunto	57
4.2 Análise da estratégia individual dos Bancos	59
4.2.1 Estratégia dos Bancos em 1999	59
4.2.1.1 Cenário Econômico	59
4.2.1.2 Bradesco	59
4.2.1.3 Itaú	60
4.2.1.4 Unibanco	61
4.2.1.5 HSBC	62
4.2.1.6 Sudameris	62
4.2.1.7 Conclusão	63
4.2.2 Estratégia dos Bancos em 2000	63

4.2.2.1 Cenário Econômico	63
4.2.2.2 Bradesco	64
4.2.2.3 Itaú	65
4.2.2.4 Unibanco	65
4.2.2.5 HSBC	65
4.2.2.6 Sudameris	66
4.2.2.7 Conclusão	66
4.2.3 Estratégia dos Bancos em 2001	67
4.2.3.1 Cenário Econômico	67
4.2.3.2 Bradesco	67
4.2.3.3 Itaú	67
4.2.3.4 Unibanco	68
4.2.3.5 HSBC	69
4.2.3.6 Sudameris	69
4.2.3.7 Conclusão	69
4.2.4. Estratégia dos Bancos em 2002	70
4.2.4.1 Cenário Econômico	70
4.2.4.2 Bradesco	70
4.2.4.3 Itaú	71
4.2.4.4 Unibanco	71
4.2.4.5 Sudameris	72
4.2.4.6 Conclusão	72
CONCLUSÃO	73
BIBLIOGRAFIA	76
ANEXO	79

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.1 – TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL	23
GRÁFICO 1.2 – METAS DE INFLAÇÃO	24
GRÁFICO 2.1 – ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA (%)	30
GRÁFICO 3.1 – ALAVANCAGEM DOS BANCOS MÚLTIPLOS 1994/98	48
GRÁFICO 4.1 – ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA (%) ITAÚ 1994/1999	60

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1 – RECEITA INFLACIONÁRIA COM % DO PIB	28
TABELA 2.2 – ALAVANCAGEM DOS PRINCIPAIS BANCOS 1992/95	31
TABELA 2.3 – OPERAÇÕES REALIZADAS COM RECURSOS DO PROER	36
TABELA 2.4 – INSTITUIÇÕES AJUSTADAS APÓS O PLANO REAL	40
TABELA 3.1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 1993/94	46
TABELA 3.2 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM % 1991/95	49
TABELA 3.3 – RENTABILIDADE MÉDIA DOS BANCOS EM % 1990/99	50
TABELA 3.4 – RESULTADOS DE DEZ BANCOS PRIVADOS 1994/98	52
TABELA 3.5 – CONTAS DO ATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL 1994/1998	54
TABELA 4.1 – MÉDIA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (%) 1999/2002	58
TABELA 4.2 – RECEITA COM PRESTACAO DE SERVIÇOS 2000/2002	58

LISTA DE SIGLAS

ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto

BCB - Banco Central do Brasil

CDB - Certificado de Depósito Bancário

CMN - Conselho Monetário Nacional

COMOC - Comissão da Moeda e do Crédito

DI – Depósito Interfinanceiro

DIEESE -Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico

FGC - Fundo Garantidor de Créditos

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FMI - Fundo Monetário Internacional

FSE - Fundo Social de Emergência

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGC - Inspeção Global Consolidada

IGP - Índice Geral de Preços

IGP-M - Índice Geral Preços do Mercado

IOF - Imposto Sobre Operações Financeiras

IPC-Fipe Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas
Econômicas

IPMF – Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira

MP – Medida Provisória

PAI – Programa de Ação Imediata

PIB – Produto Interno Bruto

PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do SFN

SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro

STR - Sistema de Transferência de Reservas

TR – Taxa Referencial

URV - Unidade Real de Valor

RESUMO

Os Bancos privados adaptaram-se à brusca redução dos chamados ganhos inflacionários, provocada pelo fim do regime de alta inflação no Plano Real, em 1994, e mantiveram lucratividade elevada nos anos seguintes, apesar da instabilidade econômica. Este desempenho surpreendente explica-se em boa medida pela trajetória dos grandes Bancos na crise dos anos 1980. O fortalecimento dos maiores Bancos privados no período de inflação alta permitiu-lhes antecipar-se às mudanças trazidas pelo Plano Real. O trabalho analisa este ajuste patrimonial dos Bancos privados no período de 1990 – 2002. Apresenta, inicialmente, uma explanação sobre a Engenharia do Plano Real e administração do mesmo, por intermédio das Políticas Fiscal, Cambial e Monetária. Não há como deixar de abordar, também, as transformações ocorridas no mercado financeiro brasileiro após a implementação do Plano Real. A análise do ajuste patrimonial é realizada a partir de uma amostra de Bancos privados, sendo enfatizada as variáveis: operações de crédito, títulos e valores mobiliários e receita com prestação de serviços.

INTRODUÇÃO

A proposta do presente trabalho é, de forma sucinta, analisar o ajuste patrimonial dos Bancos privados, às variações de comportamento macroeconômico.

Para compreensão do trabalho, será necessário explicar sobre a Engenharia do Plano Real e seus reflexos, bem como a análise da Administração do Plano por intermédio das Políticas Fiscal, Cambial e Monetária. Este estudo está presente no Capítulo 1.

Não há como deixar de abordar, também, as transformações ocorridas no mercado financeiro brasileiro após a implementação do Plano Real. Esta abordagem será o objeto do Capítulo 2.

O Capítulo 3 é destinado a investigação do ajuste patrimonial bancário no período de 1990 a 1998.

Para tanto, foi utilizada uma amostra de dez bancos, no segmento “bancos múltiplos privados”, quais sejam: América do Sul, Bandeirantes, BCN, Boavista, Bradesco, Itaú, Mercantil de São Paulo, Noroeste e Unibanco.

A escolha destes Bancos foi feita a partir da disponibilidade de dados completos para período considerado.

O Capítulo 4 investiga o ajuste patrimonial bancário no período de 1999 a 2002, através da amostra de cinco Bancos: Bradesco, HSBC, Itaú, Sudameris e Unibanco.

A redução da amostra deve-se a disponibilidade de dados e, principalmente ao fato de aquisições e incorporações bancárias. A saber: Bradesco adquiriu BCN e Mercantil de São Paulo; Unibanco incorporou o Bandeirantes e o Sudameris comprou o América do Sul.

Apesar do ranking bancário variar ano a ano, os Bancos escolhidos apareceram todos os anos entre os quinze maiores pelo critério de participação nos depósitos totais do sistema bancário.

É relevante citar que, devido à complexidade dos ativos bancários, se enfatizou as seguintes variáveis que compõem o balanço patrimonial dos bancos privados: operações de crédito, títulos públicos e receita com prestação de serviços.

Em suma, o objetivo do trabalho é investigar qual será a estratégia dos Bancos, mediante alterações conjunturais: agressiva, com o aumento das operações de crédito, ou conservadora, via maior aplicação em títulos e valores mobiliários.

O labor que instiga a produção do tema, justifica-se pelo entendimento que norteia as atividades bancárias, as quais desempenham um papel estratégico na economia, fomentando-a por intermédio de suas atividades financeiras e comerciais.

CAPÍTULO 1

Este capítulo é destinado à análise da conjuntura econômica, principalmente o impacto da implementação do Plano Real.

A apresentação do panorama da economia brasileira, na fase selecionada para estudo, tem o objetivo de situar os posicionamentos dos banqueiros com relação à preferência entre operações de crédito e títulos públicos, tendo em vista os fatores externos às suas organizações.

O domínio acerca do macroambiente econômico é de suma importância para todas as pessoas de forma generalizada (empresários, tomadores de decisão, dona de casa, estudante...), pois os acontecimentos que ocorrem na esfera macroeconômica afetam a vida de todos.

1. PLANO REAL E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS

O programa brasileiro de estabilização econômica mostrou-se o mais bem-sucedido de todos os planos lançados nos últimos anos para combater casos de inflação crônica. Combinaram-se condições políticas, históricas e econômicas para permitir que o governo brasileiro lançasse as bases de um programa de longo prazo. Organizado em etapas, o plano resultou no fim de quase três décadas de inflação elevada e na substituição da antiga moeda pelo Real.

O Programa de Estabilização Econômica, ou Plano Real, foi concebido e implementado em três etapas:

a) o estabelecimento do equilíbrio das contas do Governo, com o objetivo de eliminar a principal causa da inflação brasileira;

b) a criação de um padrão estável de valor, denominado Unidade de Referência de Valor – URV;

c) a emissão desse padrão de valor como uma nova moeda nacional de poder aquisitivo estável: o REAL.

1.1 PAI – Programa de Ação Imediata

A primeira etapa, de ajuste das contas do Governo, teve início em 14 de junho de 1993 com o Programa de Ação Imediata – PAI do Governo de Itamar Franco, que estabeleceu um conjunto de medidas voltadas para a redução e maior eficiência dos gastos da União no exercício de 1993, após o Governo ter assumido que a principal causa da inflação era o descontrole financeiro e administrativo do setor público.

As metas a serem alcançadas eram:

- a) corte nos gastos públicos;
- b) recuperação da receita tributária;
- c) fim da inadimplência dos estados e municípios;
- d) controle e rígida fiscalização dos bancos estaduais;
- e) saneamento dos bancos federais e privatizações.

Com relação aos cortes nos gastos públicos, o Governo entendeu, em seu programa de ação, que o orçamento não desempenhava papel tão fundamental na condução da política econômica como nos demais países. Admitiu que nos últimos anos havia autorizado gastos muito acima das receitas esperadas e explicou que a opção de financiar o déficit através de pacotes tributários vinha dando sinais de exaustão, tendo que recorrer a outras alternativas como o endividamento público.

O Governo sugeriu medidas capazes de conduzir a uma reestruturação nos métodos de elaboração do Orçamento Geral da União, de modo a torná-lo exequível dentro das prioridades do País e da realidade econômico-financeira da União. No sentido da eliminação do déficit público, o Governo entendeu ser necessária a atuação conjunta dos Poderes Executivo e Legislativo.

Para a recuperação de suas receitas, o Governo criou o IPMF – Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira – e o FSE – Fundo Social de Emergência. O primeiro visava equilibrar o orçamento fiscal de 1994, através da arrecadação de 0,25% sobre toda e qualquer movimentação financeira. Já o FSE, foi constituído em princípio, com recursos provenientes da apropriação de 15% da Receita tributária do País e uma elevação de 5% nas alíquotas de todos os impostos e contribuições. (ANDREZZO e LIMA, 1999. p.244)

Algumas medidas foram idealizadas com o objetivo de estabelecer uma nova relação entre União, Estados e Município. Dentre elas, a conclusão do processo de renegociação das dívidas dos estados e a retenção de até 100% dos recursos dos Fundos de Participação.

Com relação aos bancos estaduais, o Governo previu no PAI, entre outras medidas, a aplicação da “Lei do Colarinho Branco” que pune com reclusão o administrador de instituição financeira que conceder empréstimo ao seu acionista controlador ou empresa por ele controlada.

Em relação à privatização, o Executivo concebeu algumas medidas para acelerar o processo dando prioridade a empresas dos setores siderúrgicos, petroquímico e de fertilizantes.

A essência do Programa de Ação Imediata residia no saneamento das finanças públicas nos três níveis – União, Estados e Municípios. A proposta era

imprimir à política fiscal do Governo maior flexibilidade na administração do orçamento, para assim, dar início a segunda fase de seu programa: a criação da URV, como etapa preliminar à reforma monetária que seria adotada.

1.2 Criação da Unidade Real de Valor (URV)

A equipe econômica percebeu a necessidade de unificar os índices (dólar, índice de preços, etc) através de indexador único. Entretanto, tal indexador deveria ser forte e amplamente aceito, que num primeiro momento, promoveria a unificação da indexação da economia, capturando a variação dos preços, para, posteriormente, facilitar a desindexação total e transformar-se em moeda nacional. Começa a nascer ali a Unidade de Referência de Valor, ou simplesmente URV, como ficou conhecida posteriormente. Era o embrião de uma nova moeda que teria como principal objetivo servir como padrão de valor monetário.

O Governo deu início à segunda etapa do Plano Real através da Medida Provisória nº. 434/93, de 28 de fevereiro de 1994, que instituiu a URV – Unidade Real de Valor, e definiu as linhas gerais do Plano.

A URV foi calculada com base na média aritmética de três índices : IGP-M/FGV (Índice Geral de Preços do Mercado), IPCA-E/IBGE e terceira quadrissemana do IPC-Fipe (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). Em 01/03/1994, primeiro dia de vigor das medidas, a URV foi fixada em CR\$ 647,50. Conforme as regras especificadas no Decreto nº. 1.066 de 28-02/1994, o cálculo da URV utilizaria a mesma cesta de indicadores, mas a variação mensal não necessariamente teria que corresponder à média aritmética

dos três índices, ficando a critério do Banco Central, arbitrar o valor da URV entre o menor e a maior variação dos índices.

A intenção do Governo ao lançar a URV foi fixar o conceito de moeda estável para em seguida dar início à reforma monetária, com a troca dos Cruzeiros Reais, através de uma paridade fixa entre o Cruzeiro Real e a URV pela moeda estável, que seria o Real.

1.2.1 A Unidade Real de Valor e o Mercado Financeiro

Como o objetivo deste trabalho é analisar o impacto das mudanças macroeconômicas no mercado financeiro, é importante verificar como os ativos financeiros comportaram-se com a criação da URV.

No período inicial de vigência da URV, os ativos financeiros não foram convertidos à nova unidade. O Governo, porém, logo previu a possibilidade de modificar a metodologia de cálculo da TR (Taxa Referencial), caso o volume de CDBs prefixados passasse a ser inexpressivo, por conta da previsível dificuldade de se colocar títulos desta modalidade com vencimento no pós-Real, à medida que se aproximasse a data de emissão da nova moeda. Assim, o Governo deixou a critério do Banco Central passar a calcular a TR (Taxa Referencial) com base nos Depósitos Interfinanceiros – DIs.

O mercado financeiro atravessou o primeiro mês da URV com bastante cuidado. Sem permissão do CMN (Conselho Monetário Nacional) para captar recursos em URV, as instituições financeiras foram cautelosas em conceder empréstimos nesta unidade, face à falta de parâmetros para estimular as taxas de

juros. Além disso, procuraram evitar que houvesse a separação de indexadores entre operações passivas e ativas.

A aceleração dos preços no primeiro mês de vigor da URV levou o Banco Central a pressionar as taxas de juros para evitar que tal movimento contaminasse a URV e, posteriormente, o Real. Havia tantas incertezas naquele período que o comportamento dos agentes econômicos se modificava a cada novo fato ou boato. Era a reação natural de uma sociedade que procurava se antecipar aos acontecimentos, na tentativa de proteger seus investimentos contra a brutal desvalorização da moeda nacional, até então o Cruzeiro Real.

Em março de 1994 o Banco Central conseguiu delimitar o patamar dos juros efetivos em 46,42%. Foi este o tom mantido durante os quatro meses de vigência da URV. Com os juros elevados, o Banco Central conservou a política monetária como pilar de sustentação da política econômica, procurando evitar que as especulações prejudicassem a transição da moeda para o Real.

1.3 Lançamento do Real

Em 01/07/1994, o Banco Central do Brasil iniciou a troca total do meio circulante em Real, na proporção de R\$ 1,00 para cada CR\$ 2.750,00.

Uma vez implementado o Plano Real, é de suma importância analisar as políticas econômicas adotadas para a sua sustentabilidade.

1.4 Políticas econômicas e Primeira Fase do Real 1994/1999

Entendem-se como políticas econômicas, as ações tomadas pelo governo, que, utilizando instrumentos macroeconômicos, buscam atingir determinados objetivos, neste caso, a estabilização da economia.

Os instrumentos macroeconômicos podem ser divididos em três grandes grupos: política monetária, política fiscal e política cambial. Nesta seção, será demonstrado como o governo utilizou-se destas políticas para atingir o objetivo de manter o Plano Real em execução.

1.4.1 Política Fiscal

O principal instrumento de política econômica do setor público refere-se à política fiscal. Esta, por sua vez, consiste na elaboração e organização do orçamento do governo, o qual demonstra as fontes de arrecadação e os gastos públicos a serem efetuados em um determinado período (exercício).

O governo pode alterar o volume das receitas e gastos públicos através dos seguintes instrumentos fiscais: impostos diretos (imposto de renda de pessoa física e de jurídica) e impostos indiretos (são incorporados ao processo produtivo e, portanto, incidem indiretamente sobre o consumidor, como ICMS, PIS, COFINS).

O governo teve dificuldades no decorrer do Plano para aprovar as mudanças na política fiscal. Os cortes nos gastos acabaram sendo pequenos, em contra partida para compensar, as arrecadações elevaram-se, fazendo uso de uma política que vem sendo praticada desde outros governos, como cita Roberto Campos:

As equipes econômicas dos governos vinham prometendo disciplina fiscal desde 1993, quando o ministro da Fazenda era o próprio Fernando Henrique Cardoso. Em novembro de 1997 o governo lançou o pacote fiscal de 51 medidas, e que a maioria acabou ficando no papel. O que dele sobrou foi essencialmente, o aumento de certos impostos como por exemplo o Imposto de Renda da Pessoa Física e a tributação de aplicações financeiras.

O pacote fiscal, chamado “pacote 51”, teve dois grandes defeitos - cujas proporções foram invertidas, pois apenas 1/3 consistia em corte de gastos e 2/3 em aumento de arrecadação, o que implicava em transferir recursos do setor privado produtivo para o consumo governamental — implementação assimétrica, porque o aumento da tributação foi executado, e o corte de gastos, desobedecido. No balanço, enquanto internamente o ajuste á crise asiática era considerado exitoso, ele era tido como inadequado pela finança internacional. (Campos, Roberto. A submissão dos emergentes. Folha de São Paulo, 30 ago., 1998).

A seguir, algumas das medidas e o que realmente aconteceu (ANDREAZZO e LIMA, 1999b, p. 245):

- 1- Retirada da folha de pagamento dos inativos do Governo Federal não cadastrados com ganho fiscal previsto em R\$ 230 milhões, sendo que somente 14 mil inativos foram retirados da folha de pagamento, contra uma previsão inicial de 44 mil. Com isso a economia projetada foi de R\$ 80 milhões no ano;
- 2- Manutenção de idade de 70 anos para concessão de benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social nos anos de 98 e 99 prevendo um ganho de R\$ 100 milhões. O Governo voltou atrás e reduziu a idade para 67 anos;
- 3- Aumento de taxa de embarque internacional para US\$ 90 e transferência da arrecadação para o Tesouro Nacional, prevendo uma arrecadação de R\$ 500 milhões. O Governo recuou e o maior valor da taxa de embarque ficou em US\$ 36;
- 4- Estabelecimento de regime especial de dividendos para bancos oficiais nos anos de 1996, 1997 e 1998, elevando para 100% o percentual de distribuição de

resultados nesses exercícios, com simultâneo resgate de dívida do Tesouro Nacional, prevendo um ganho de R\$ 1 bilhão. Foram abertas exceções e o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, por exemplo, não repassaram 100% dos resultados;

5- Elevação das alíquotas de Imposto de Renda, de 15% para 16,5% e de 25% para 27,5%, o estabelecimento de um limite global de 20% para deduções e benefícios, ganho estimado de R\$1,2 bilhão. Somente a alíquota de 25% aumentou. O Congresso Nacional negociou com o Governo e substituiu a elevação da alíquota de 15% pela ampliação da taxa de fundos de investimento;

6- Elevação de alíquotas incidentes sobre automóveis e sobre bebidas previsto arrecadação de R\$ 800 milhões. Confirmado aumento através de medida provisória.

Foi previsto com a redução de gastos e aumento de arrecadação um ganho fiscal de R\$ 20 bilhões. A idéia era controlar o déficit público, que permanecia em alta apesar do crescimento das receitas, no entanto, o déficit anual, que era de R\$ 43 bilhões antes do pacote passou a R\$ 58,2 bilhões no final do primeiro trimestre de 1998.

O resultado dessas medidas é que prevaleceu o aumento da carga tributária em nome da redução do déficit das contas públicas.

1.4.2 Política Cambial

O mercado de câmbio (divisas) é formado pelos diversos agentes econômicos que compram e vendem moeda estrangeira, conforme suas necessidades. Empresas que vendem mercadorias ou ações no exterior estão aumentando a oferta de moeda estrangeira, em particular o dólar, pois sua receita ocorre em moeda

estrangeira. Empresas que compram bens ou ações do exterior estão demandando moeda estrangeira (dólar), pois seus gastos ocorrem em dólares. Nesse sentido, o preço da moeda estrangeira em relação à moeda nacional é determinado neste mercado e chama-se de taxa de câmbio (R\$/US\$).

Cabe explicar que as relações econômicas, comerciais e financeiras dos agentes de determinado sistema econômico, com os agentes de outro sistema econômico (normalmente país), são registradas na Balança de Pagamentos. Eventuais déficits no Balanço de Pagamentos são decorrentes do fato de a entrada de divisas (dólares) ser inferior a saída de divisas. Este fato é resultado de dois desequilíbrios. O primeiro é que se exportam bens e serviços menos do que se conseguem importar, resultando em uma saída de divisas maior do que a entrada. O segundo desequilíbrio é causado pelo lado financeiro, onde não se conseguem atrair recursos (dólares) em quantidade suficiente para pagar as contas em dólar.

Caso o câmbio esteja a R\$ 2,50, significa que são necessários R\$ 2,50 reais para comprar um dólar. Se este subir para R\$ 3,00 por dólar, ocorreu uma desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira. O preço da moeda estrangeira elevou-se.

Se o preço sobe devido a um aumento da demanda por dólares, dizemos que ocorreu uma desvalorização do Real frente ao Dólar. Precisa-se de mais reais para comprar a mesma quantidade de dólares.

Se o preço desce devido a um aumento da oferta de dólares, dizemos que ocorreu uma valorização do Real frente ao Dólar. Menos reais serão necessários para comprar a mesma quantidade de dólares. (Revista Bancária Brasileira, 2000)

No lançamento do Real o governo fixou a taxa de câmbio de US\$ 1 para R\$1 e posteriormente deixou que o dólar chegasse a R\$ 0,84 para derrubar com mais

força a inflação. Isso fez com que os produtos importados, pagos em dólar, ficassem mais baratos. Para competir com os importados, os produtos nacionais também tiveram de ficar mais baratos. E as indústrias que usam matérias-primas importadas puderam produzir com preços menores. Esta medida acabou dando certo e derrubou a inflação. (ANDREZZO e LIMA, 1999c, p.246)

O problema dessa política é que ela gera déficits comerciais (quando o país importa mais do que exporta). Isso aumentou a dependência do país por dólares para fechar suas contas.

Desse processo resultaram conseqüências. Do lado bom, o nível mais que confortável de reservas afastaria qualquer risco de dificuldades do plano cambial mas, do lado ruim, o crescimento da dívida interna.

Com a economia aquecida e a entrada dos importados com preços mais baixos, o Banco Central procurou conter o consumo com taxas de juros elevadas. Os juros também serviram para atrair capital externo ao país e compensar os déficits comerciais.

A primeira situação complicada em relação ao aspecto cambial ocorreu em dezembro de 1994, com a crise mexicana. A expectativa de uma má desvalorização cambial resultou em uma grande fuga de dólares e conseqüente desvalorização. Dessa forma, em 1995, o Governo iniciou uma desvalorização gradual do Real, e novamente elevaram-se as taxas de juros para compensar as perdas que os investidores externos tinham com a correção do câmbio, também neste período, ocorreram restrições à expansão do crédito, mediante imposição pelo Governo, de compulsório de 30% sobre os depósitos a prazo e de 15% sobre os empréstimos bancários. Dessa forma, houve um enxugamento de liquidez no mercado, gerando um desaquecimento da economia. (ANDREZZO e LIMA, 1999, p.247)

O Banco Central anunciou em março de 1995 uma desvalorização de 5% do Real em relação ao dólar, conjugada à adoção de uma banda cambial deslizante.

Devido à incerteza sobre a forma que o Banco Central iria atuar no novo regime de bandas cambiais, aguçou-se, por algumas semanas, a pressão sobre as reservas internacionais, até ficar claro que o Banco Central iria definir de tempos em tempos uma banda larga para o câmbio e que, dentro dessa banda, praticaria intervenções diárias, de modo a caracterizar uma minibanda e a provocar pequenas, mas sucessivas, desvalorizações dessas ao longo do mês, em dias e magnitudes não renunciadas. Apesar disso, e dos fatores de risco, os investidores continuavam a aplicar no Brasil, e o país voltou a acumular reservas internacionais, passando de 38 bilhões em 1994 para 52 bilhões em 1995.

1.4.2.1 Instabilidade Externa

Em outubro de 1997, o mundo presenciou uma das mais sérias crises no mercado mundial de capitais. O desequilíbrio no mercado asiático afetou as Bolsas de Valores no mundo inteiro. Embora esse não seja um fato diretamente ligado ao Plano Real, não resta dúvida de que a economia brasileira também foi seriamente afetada.

Após o evento da crise asiática, a bolsa de valores brasileira sofreu uma das maiores quedas de sua história. O Banco Central agiu rapidamente: ratificou o compromisso de manutenção das bandas cambiais, ou seja, desvalorizações mensais em torno de 0,6%; em sete leilões consecutivos, vendeu 10 bilhões de dólares e estima-se que 5 bilhões deixaram o Brasil – um volume considerável, tendo em vista que nossas reservas internacionais giravam em torno de 60 bilhões

e, como medida de cautela, o Banco Central dobrou as taxas de juros de 22% para 46% ao ano, no intuito de manter o interesse internacional. Medida de grande reflexo na economia, pois também afetou aqueles que nada ou pouco conheciam de bolsas de valores, mas que viram os juros dos bancos e das lojas dispararem.

Já no primeiro semestre de 1998, o Brasil assistiu a uma forte entrada de dólares, que foi ampliada pelas privatizações do sistema Telebrás. Chegou a atingir um montante de 70 bilhões de dólares de reservas. Até aquele momento parecia existir certa estabilidade no mercado quando surgiu a crise da Rússia, provocando uma instabilidade mundial.

As reservas brasileiras caíram em ritmo galopante e o governo lançou pacote na tentativa de atrair e manter dólares no país e evitar que ocorressem perdas de reservas em moeda estrangeira. Duas das medidas foram dirigidas ao chamado capital especulativo, ou seja, dólares de curto prazo aplicados no Brasil por investidores estrangeiros dispostos a assumir riscos em troca de juros altos. Na realidade elas já haviam sido adotadas durante a crise asiática de 1997, e o Banco Central autorizou que 100% dos recursos captados no exterior na linha de empréstimos fossem direcionados à compra de títulos cambiais. Antes, somente metade dos recursos captados, podiam ser usados na compra de títulos cambiais. Os outros 50% tinham de ser destinados a empréstimos agrícolas. A segunda medida visou a Redução de Prazos – empresas e bancos privados poderiam fazer captações no exterior com prazo mínimo de um ano e, no caso de renovação de captações feitas anteriormente, com prazo mínimo de seis meses. Antes, o prazo mínimo para novas captações era de dois anos, e para renovações de um ano. Foi um incentivo a novas captações e a rolagem das atuais. Com prazos menores, bancos e empresas puderam negociar taxas mais favoráveis.

A terceira medida incentivou o ingresso antecipado de dólares de investidores interessados em participar de leilões de privatizações e de concessões de serviços públicos, podendo assim fazer aplicações no mercado financeiro beneficiando-se dos altos juros do país, onde a grande vantagem de ingressar por este caminho, seria a isenção da alíquota de 2% de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

Diante da instabilidade dos mercados internacionais, as reservas brasileiras caíram e em setembro de 1998 já estavam em 53 bilhões de dólares, e o governo anunciou ter chegado ao limite máximo de cortes de gastos que poderiam ser feitos sem comprometer o funcionamento do país. Naquele momento, o próprio diretor gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, concordou em que “era preciso estabelecer mecanismos destinados a impor alguma racionalidade aos mercados”.

A situação de pânico se alastrou e era inviável qualquer ação diante da velocidade com que os mercados reagiam. A causa principal do pânico em relação aos mercados emergentes, foi devido a encolhida gigantesca de recursos para estes países e no caso específico do Brasil, soma-se aos fatores externos a reconhecida fragilidade das contas públicas e das contas externas.

A situação tornou-se insustentável e o Brasil recorreu ao FMI em outubro de 1998 e fechou um pacote de ajuda em torno de US\$ 45 bilhões para evitar que o Brasil fosse a “bola da vez” o que traria um efeito dominó para os demais países da América do Sul.

O mercado acalmou-se, mas mesmo assim a saída de dólares continuava, fechando o ano de 1998 com índices extremamente desfavoráveis, reservas caíram para 37,7 bilhões de dólares, taxa de juros alta, dívida pública que em 1994 era de 10,2% do PIB, atingiu 34,5% do PIB. (GAROFALO, 2000, p.110)

Em janeiro de 1999, porém, a pressão ficou insustentável e o Brasil desistiu de lutar contra os investidores. O governo deixou o preço do dólar subir livremente no dia 13 de janeiro. Em março, o novo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, anunciou a adoção do câmbio livre, pela primeira vez em toda a história do país.

1.4.3 Política Monetária

A política monetária tem como objetivo controlar a oferta de moeda na economia. Determinar a quantidade de moeda (dinheiro) na economia é função do Conselho Monetário Nacional (CMN), com participação do Banco Central do Brasil (BACEN). Ao determinar a quantidade de dinheiro, tem-se a formação da taxa de juros.

A lógica da política monetária consiste em controlar a oferta de moeda (liquidez) para determinar a taxa de juros de referência do mercado. Nesse sentido, o Banco Central, seja qual for o país, eleva a taxa de juros, enxugando (diminuindo) a oferta monetária, e a reduz atuando de forma inversa.

Cabe destacar que em um sistema econômico, moeda representa os meios de pagamento. Estes, na sua forma líquida, podem ser representados pelo papel-moeda e pelos depósitos à vista nos bancos comerciais. Tanto as cédulas/moedas metálicas quanto os valores existentes nas contas bancárias representam os meios de pagamento.

A política monetária, ao controlar os meios de pagamento, está visando estabilizar o nível de preços geral da economia. Os governos que necessitam diminuir a taxa de inflação reduzem a oferta monetária e aumentam a taxa de juros. Esse mecanismo controla o nível de preços. Mas, se as taxas de juros

permanecerem elevadas por um período longo, a economia pode deixar de elevar o crescimento econômico.

O regime monetário em vigor nos últimos anos tinha como característica principal o fato de os mecanismos operacionais da política monetária e as instituições a eles associados terem sido moldados, ao longo do tempo, pela necessidade de adaptar e aparelhar o sistema monetário e financeiro a uma convivência pacífica com a inflação alta.

Algumas circunstâncias desfavoráveis se apresentavam no momento da primeira emissão do Real: o processo de remonetização precisava ter lugar de forma tanto natural quanto possível. A modificação, naquele momento, poderia prejudicar esse processo, no momento em que restrições à liquidez, essas sim, deliberadas e calculadas, mediante compulsórios e juros elevados, fragilizariam o sistema financeiro. Somado a isto, tem-se o fato de que a inflação mais baixa subtraía rentabilidade de muitas instituições financeiras e delas exigia ajustes importantes no tocante às estruturas administrativas e mercadológicas criadas para se capturar o imposto inflacionário.

Diante das circunstâncias, as modificações na dinâmica operacional da política monetária não vieram no momento da introdução da nova moeda mas posteriormente, quando as dificuldades acima mencionadas já tivessem sido, em boa medida, superadas. Quando do lançamento do Real, as novidades trazidas foram: a modificação na composição do Conselho Monetário Nacional e a criação da COMOC (Comissão da Moeda e do Crédito); a modificação do mecanismo autorizativo para as emissões de moeda e a instituição de limites para a sua emissão; o lastreamento da base monetária nas reservas internacionais do país.

Foi estabelecido para os três primeiros trimestres de vida do Real, limites para emissão de Reais e, em bases permanentes, uma sistemática para a aprovação pelo Congresso de uma programação monetária trimestral. Os limites de emissão foram fixados com certa latitude.

O mais importante no tocante à política monetária, nos primeiros meses do Real, era a tentativa de redefinir o mecanismo institucional através do qual Executivo e Legislativo estabelecem diretrizes explícitas e transparentes para o processo de criação de moeda.

O Banco Central tentou manter, no segundo semestre de 1994, a liquidez restrita com o estabelecimento de sucessivas exigências de recolhimentos compulsórios, objetivando travar a captação e, principalmente, as operações de créditos do sistema financeiro. Porém, essa medida não foi suficiente para impedir um quadro de restrição de liquidez, o que parecia dever-se ao alto grau de substituição entre os passivos das instituições financeiras.

Em outubro de 1994, o governo estabeleceu o recolhimento compulsório de 15% sobre operações de crédito, e em dezembro de 1994 estendeu também para as operações ativas o mesmo percentual e as operações passivas (qualquer espécie de captação), estaria sujeita a um recolhimento de 30%. Com isso, os recursos esterilizados em recolhimentos compulsórios elevaram-se de cerca de R\$ 13 bilhões para cerca de R\$ 47 bilhões. (BCB, Sistema Financeiro Nacional)

A partir do primeiro trimestre de 1996, com a forte redução do nível de atividade (o PIB apresentava uma queda de 2,1% neste período), passa o governo a reduzir a restrição ao crédito, e gradualmente há uma recuperação da taxa de crescimento, fazendo com que se feche o ano com um crescimento positivo da ordem de 3%. Neste ano, houve, uma deterioração das contas externas, e as

perspectivas de equilíbrio ou pequeno superávit comercial que o governo previa no início do ano, foram substituídas por uma de déficit de US\$ 4,5 bilhões.

Pode-se dizer que a Política Monetária adotada no Plano Real foi condicionada à atração de capital para manter o regime cambial. Com as altas taxas de juros, o capital monetário internacional de curto prazo foi atraído para financiar a própria reprodução: investimentos para a industrialização voltada à exportação, bem como a infra-estrutura.

Dessa maneira foi possível tanto o Estado quanto as empresas endividarem-se com dinheiro estrangeiro nos seus próprios mercados financeiros. O potencial inflacionário foi de certo modo burlado com meios político-monetários, pois esse montante de dinheiro não aparecia como emissão irregular de moeda pelo próprio Banco Central. E estes foram um dos métodos que fizeram que a inflação caísse radicalmente e se mantivesse em níveis baixos.

Em suma, a primeira fase do Plano Real, que se estende até janeiro de 1999, apresenta características bem definidas. Inicialmente, há uma rápida expansão da demanda interna associada à drástica redução do imposto inflacionário e pela valorização da taxa de câmbio. Observa-se um crescimento rápido das importações, fenômeno típico de economias que tenham certa abertura às importações e experimentam rápida expansão de demanda. As restrições iniciais ao crédito e o crescimento da taxa de juros não foram suficientes para controlar a rápida expansão do nível de atividade da economia e no setor externo o que se observou foi a transformação do superávit em déficit comercial.

Esta situação não representava ameaça ao Plano Real, na medida em que a disponibilidade de recursos financeiros no mercado internacional viabilizou o financiamento do déficit de transações correntes. Desde a crise do México, em

dezembro de 1994, a brusca reversão do fluxo de capitais externos, colocou em xeque a estratégia inicial de estabilização do Plano Real, já que a rápida diminuição das reservas externas poderia sinalizar para os agentes econômicos a eminência de uma mudança da regra cambial necessária para evitar o colapso das contas externas.

Assim, iniciou-se já em 1995 alguns ajustes no Plano Real com a utilização de uma série de instrumentos para o equilíbrio externo e interno de curto prazo da economia: taxas de juros reais elevadas, a utilização da “banda cambial deslizante” (que nada mais é do que um sistema de minidesvalorizações disfarçado) e dos controles tarifários e não tarifários sobre as importações. Com estes expedientes, foi possível administrar a restrição externa, reduzir a demanda interna, porém poucos avanços foram feitos em direção ao equilíbrio das contas públicas.

A regra cambial, inaugurada em março de 1995, foi a de administrar uma desvalorização cambial que grosso modo, seguia a taxa de variação do índice de preços por atacado. Isto permitiu uma parcial recuperação da taxa de câmbio real, após a enorme valorização que ocorreu logo no início plano, passando a sinalizar que o governo não iria manter um regime cambial tão rígido (como o adotado pela Argentina). De qualquer forma, taxas de juros reais elevadas, desvalorizações cambiais homeopáticas e utilização de poupança externa para financiar o déficit público foram elementos essenciais para os resultados macroeconômicos de curto prazo: balanço de pagamentos equilibrado (porém, com forte déficit em transações correntes financiado pela entrada de capitais externos), nível de atividade econômica com moderada expansão e taxas de inflação no patamar de um dígito ao ano. A questão de tal estratégia está claramente na impossibilidade de eliminar o déficit público, o que colocava o Plano Real em uma trajetória inconsistente a médio

prazo. A manutenção de uma inflação moderada na ausência do equilíbrio das contas públicas só foi possível pela atração de recursos externos, que financiou o déficit das transações correntes e as necessidades de financiamento do setor público. A dificuldade de tal política era clara: existem limites à expansão acelerada do endividamento interno e externo. (ANDREZO e LIMA, 1999, p.247)

1.5 Políticas Econômicas e a Segunda Fase do Plano Real

A segunda fase do Plano Real é inaugurada em janeiro de 1999, quando as autoridades monetárias não conseguiram controlar um ataque especulativo à moeda brasileira e foram obrigadas a mudar o regime cambial em direção a taxas flutuantes. A partir daí, acaba a “âncora cambial” e o país passa a contar com a consistência da política fiscal e monetária para garantir uma inflação de um dígito no país e reduzir as turbulências da área externa.

As mudanças que ocorreram a partir de 1999, procuraram alterar a trajetória da economia e recuperar a capacidade de financiamento externo e do governo. As três grandes alterações de política econômica, que passaram a condicionar os cenários futuros da economia brasileira, foram:

1. Modificação do regime cambial, que culminou com uma desvalorização cambial real da ordem de 30% em meados em 2002, passando a sinalizar que a magnitude do déficit externo seria inferior ao observado antes do abandono da “âncora cambial”. Essa perspectiva de redução do déficit externo, decorre em função da recuperação do crescimento da economia mundial após 2001/2002.

O gráfico 1.1 apresenta o comportamento da taxa de câmbio real desde os anos oitenta, destacando a forte desvalorização do Real de 40%, em 2002.

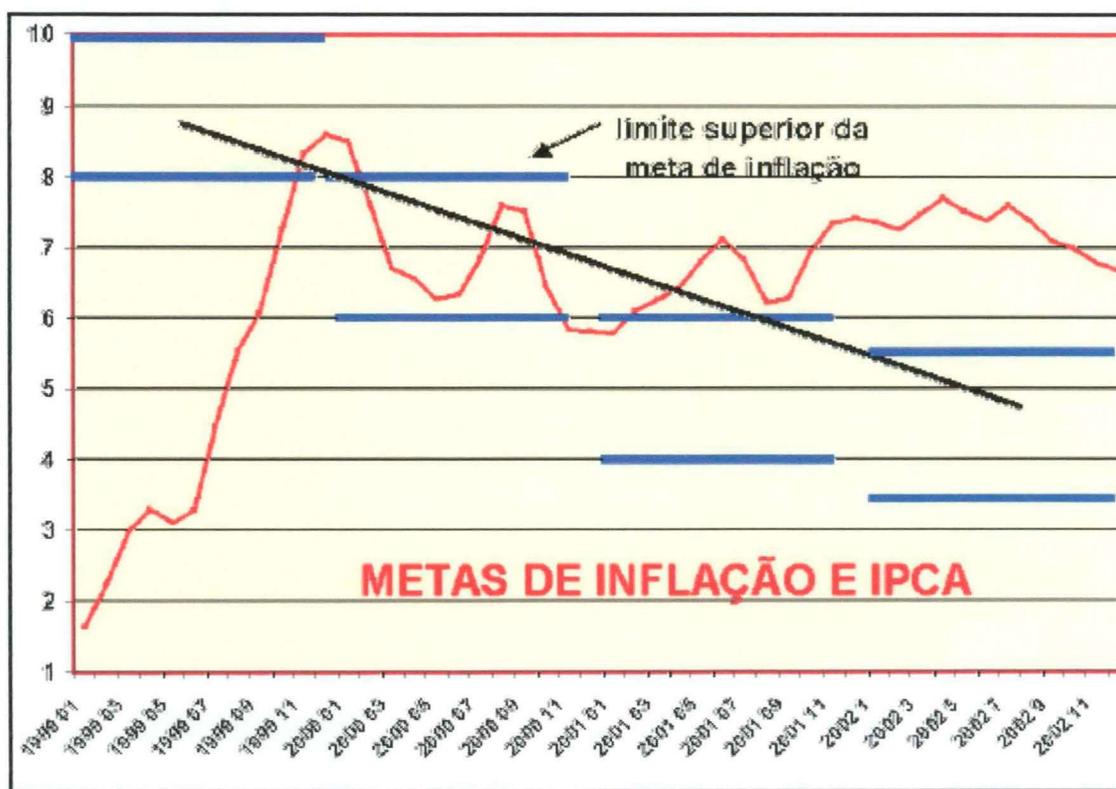
GRÁFICO 1.1 – TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL NO BRASIL – 1980- 2002



Fonte: IPEA

2. Programa de metas inflacionárias, inaugurado em meados de 1999, após a mudança do regime cambial, onde o poder discricionário do Banco Central passa a ser direcionado para coordenar as expectativas dos agentes econômicos através de metas inflacionárias declinantes, que apontam uma meta básica de 4% ao ano, com um limite de tolerância até 6,5%, para o ano de 2003. O programa implementado conseguiu manter a inflação dentro dos limites da meta somente nos dois primeiros anos. A partir de 2001, a inflação tem ultrapassado o limite superior da meta, colocando em xeque a credibilidade do programa. Os grandes choques de oferta: câmbio, racionamento de energia e preços administrados tem levado a inflação a patamares elevados e dada a grande desvalorização cambial de 2002, há o risco não desprezível da inflação sair do nível de um dígito, aumentando muito a demanda por indexação de contratos. Os detalhes podem ser acompanhados pelo próximo gráfico.

GRÁFICO 1.2 - METAS DE INFLAÇÃO E O IPCA NO BRASIL – JANEIRO 1999
NOVEMBRO 2002



Fonte: Bacen

O Banco Central trabalha hoje de acordo com um regime de metas de inflação e, para cumpri-las, precisa segurar o crescimento da economia, já que o país não dispõe de recursos para voltar a crescer rapidamente sem provocar inflação e aumento das importações. Esse desafio deverá ser o principal ponto a ser enfrentado pelo governo.

3. Programa de ajuste fiscal, destinado a reverter à trajetória explosiva do déficit e da dívida pública interna. Trata-se de um dos programas mais ambiciosos de redução do déficit fiscal já acordados com o FMI por países com crise de balanço de pagamentos, envolvendo um ajuste fiscal da ordem de 4% do PIB. Com este programa, pretende-se estabilizar a relação dívida/PIB e manter um superávit

primário de 3% do PIB. Além disto, as reformas na área fiscal poderão garantir, a longo prazo, a capacidade de financiamento do governo. A implementação da reforma da previdência, federativa, administrativa, tributária e o programa de privatização possibilitarão uma recuperação das contas públicas, compatíveis com o aumento da taxa de poupança doméstica necessário para acelerar a taxa de crescimento da produção nacional. É importante salientar a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal em maio de 2000 e com sua plena implementação em 2003, institui-se uma regra de austeridade fiscal para todas as esferas de governo e para todos os poderes.

Estas três mudanças foram decisivas para o futuro da economia brasileira, e as linhas gerais podem ser identificadas pela seguinte trajetória: com o ajuste fiscal e a desvalorização cambial ocorrida a partir de 1999, diminuiu drasticamente a necessidade de taxas de juros elevados para manter a regra cambial. Com a queda da taxa de juros nominais e reais, há um impacto favorável sobre o déficit público. A recuperação do nível de atividade doméstica decorrente de uma política monetária menos restritiva e um pouco mais de inflação aumentam a arrecadação tributária e portanto contribuem para o ajuste fiscal. Iniciou-se, portanto, um novo ciclo para a economia brasileira, libertando-se das amarras do período 1997/1998, onde a necessidade de manter um fluxo de recursos financeiros elevados para financiar um déficit crescente de balanço de pagamentos, obrigava a utilização de taxas de juros extremamente elevadas, o que comprometia, internamente, a trajetória do déficit e da dívida pública e o crescimento do País. Portanto, os ingredientes básicos da economia passaram a ser: déficit externo reduzindo-se ao longo do tempo, taxas de juros domésticas menores, controle do déficit público e crescimento moderado da

economia com inflação de um dígito ao ano. Estes resultados foram obtidos em 2000.

Este cenário foi alterado em 2001: a forte redução do crescimento dos países ricos, o ataque terrorista aos EUA, a queda nas bolsas de valores mundiais, a descoberta das fraudes contábeis em grandes corporações, o default da Argentina, a crise energética brasileira e mais recentemente a transição política, mudaram as perspectivas da economia, neutralizando os avanços na administração macroeconômica. As turbulências externas e internas tiveram fortes repercussões sobre a desvalorização cambial. As pressões inflacionárias daí advindas forçaram o Banco Central a aumentar a taxa de juros. Estes dois efeitos, aliados a redução do crescimento do PIB, levaram a uma trajetória de rápida expansão da dívida interna.

CAPÍTULO 2

2. HISTÓRICO RECENTE DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

Sem dúvida, num programa de estabilização monetária, o Sistema Financeiro é um dos segmentos afetado pelos ajustes macroeconômicos.

O objetivo deste Capítulo é o estudo das principais alterações ocorridas neste Sistema.

O mercado financeiro brasileiro sofreu uma série de transformações após o início do Plano Real. Esse processo pode ser dividido basicamente em três frentes principais, que são na verdade interdependentes: mudanças no ambiente econômico, alterações na Legislação e modificações na estrutura das instituições e do mercado.

2.1 Sistema Financeiro e mudanças no ambiente econômico

O primeiro e principal componente de impacto do Plano Real sobre a indústria bancária foi a estabilização de preços. Conforme estudo da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a participação do setor financeiro no PIB, no período de 1990/1995, reduziu-se em torno de 100%. Em 1994, a participação era de 12,4% e caiu para 6,9% em 1995. Segundo o estudo a principal explicação para essa redução seria a perda das receitas inflacionárias:

“comumente apontadas como parcela importante das receitas bancárias em período de inflação alta, representavam em média 3,6%

do PIB, no período de 1990/1994. Em 1995, vê-se que essas receitas tornaram-se irrelevantes, caindo para 0,6%.” (IBGE, 1997, p.25)

Esses dados podem ser melhor observados através da tabela 2.1, que mostra também, as receitas inflacionárias em termos da produção imputada, que representavam 87,3% em 1993, reduziram-se para 49,5% em 1994, e, para 1,6% em 1995.

TABELA 2.1 – RECEITA INFLACIONÁRIA COM PERCENTUAL DO PIB E DO VALOR DA PRODUÇÃO IMPUTADA NO BRASIL – 1990- 1995

RECEITAS INFLACIONÁRIAS	1990 (%)	1991 (%)	1992 (%)	1993 (%)	1994 (%)	1995 (%)
PIB	4	3,8	4	4,3	2	0,1
Valor da Produção Imputada	70	81,2	86,8	87,3	49,5	1,6

Fonte: Andima/IBGE

O quadro de elevadas taxas de inflação, anterior a implantação do Real, permitiu aos bancos a sobrevivência em um ambiente hostil às demais atividades econômicas. No entanto, no segundo semestre de 1994, com a redução das receitas inflacionárias, os bancos tiveram que se adaptar a uma nova realidade, buscando fontes alternativas para compensar essa perda.

Mendonça de Barros e Almeida Júnior, reforçam dados da perda inflacionária:

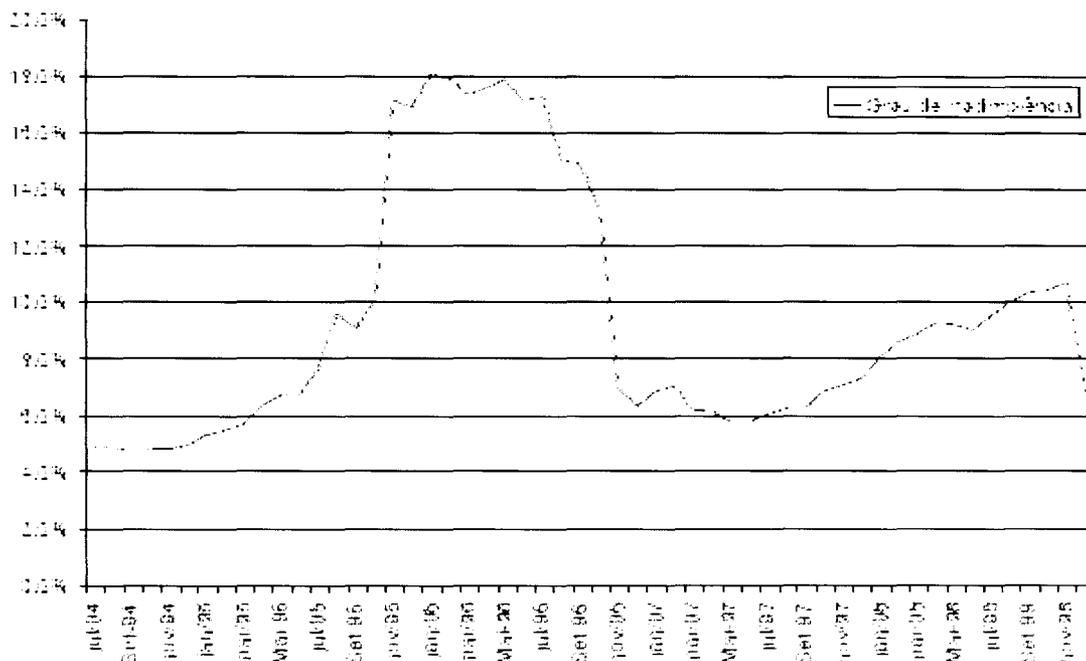
“com a estabilização da economia os bancos perderiam uma importante fonte de receita representada pelas transferências inflacionárias: o *float*. Este ganho era apropriado: i) pela perda do valor real dos depósitos à vista; e/ou ii) pela correção dos depósitos bancários em valores abaixo da inflação. Consideram que, nos anos 1990, a receita inflacionária dos bancos cresceu para cerca de 4% do PIB, voltando a reduzir 2% do PIB, em 1994, para então a ser reduzida a valores inexpressivos em 1995. Tomando como base a média de 1990 a 1993, isto representa, a valores de 1994, algo próximo a R\$ 19 bilhões de perda para os bancos decorrente da estabilização de preços na economia brasileira.” (BARROS, 1997, p 2 a 4)

Uma das formas encontradas pelo sistema bancário para compensar a perda da receita inflacionária, foi expandir as operações de crédito, lastreadas pelo abrupto crescimento dos depósitos ocorrido após a estabilização dos preços. Os depósitos a vista, por exemplo, mostraram crescimento de 165,4% nos seis primeiros meses do Plano Real, e os depósitos a prazo, crescimento de quase 40% para o mesmo período. (Barros, 1997, p 4). Embora o Banco Central tenha elevado as alíquotas de recolhimento compulsório, os empréstimos totais mostraram crescimento de 57,8% durante o primeiro ano de vigência do Plano Real.

“O Banco Central, antecipando-se ao possível crescimento das operações de crédito que decorreria do quadro de estabilidade macroeconômica elevada, no início do Plano Real, as alíquotas de recolhimento compulsório dos depósitos bancários. O recolhimento compulsório sobre depósitos à vista passou de 48% para 100%, sobre os depósitos de poupança passou de 10% para 30% e foi instituído um recolhimento de 30% sobre o saldo dos depósitos a prazo. Apesar disso, os empréstimos totais do sistema financeiro para o setor privado, segundo dados do Banco Central, mostraram crescimento de 57,8% durante o primeiro ano de vigência do plano”. (BARROS, *et alii*, *ot.cit.*, p 5).

Apesar dessa expansão de crédito ter em parte compensado a perda de float, ela se deu de forma desordenada sem os ajustes necessários no modelo operacional e sem cuidados com a capacidade de pagamento dos clientes. Assim, no segundo semestre de 1995, com a queda de crescimento da economia aliada a política restritiva de crédito e abertura comercial, alguns setores financeiros apresentavam-se com dificuldades para honrar seus compromissos financeiros. O resultado desse processo foi o elevado índice de inadimplência (total de créditos em atraso e em liquidação sobre o crédito efetivo), em todo o segmento “bancos múltiplos privados”.

GRÁFICO 2.1 - GRAU DE INADIMPLÊNCIA NO SEGMENTO DE BANCOS MÚLTIPLOS PRIVADOS NO BRASIL – JUL 1994-NOV 1998



Fonte: Bacen

Como pode ser visto no gráfico acima, o grau de inadimplência cresceu acentuadamente, atingindo a mais de 16% no decorrer de 1995, mantendo-se em patamares elevados na primeira metade de 1996.

Ao mesmo tempo, em fins de 1994 houve uma crise cambial no México. Temia-se que a fuga de capitais ocorrida naquele país pudesse contaminar de uma forma generalizada os países emergentes. A equipe econômica brasileira decidiu então, elevar as taxas de juros e os compulsórios drasticamente, aparentemente resolvendo os dois problemas – esfriava-se a demanda e mantinha-se o capital no país, evitando uma desvalorização, que poderia arrasar com a âncora cambial, levando o plano de estabilização junto (CASTRO e STUDART, 1999: 17).

As conseqüências mais diretas foram a queda da atividade econômica, o aumento da dívida pública e um salto no índice de inadimplência, fatos que contribuíram para a geração da crise bancária de 1995.

Em Assis (1997) ressalta-se a importância para esta crise, o aumento dos compulsórios. O autor lista as várias mudanças determinadas pelo Banco Central com relação aos depósitos compulsórios: em 6 de junho de 94 o Banco Central estabeleceu compulsórios marginais de 100% sobre os depósitos à vista e de 60% sobre os demais recursos; em 8 de setembro elevou o compulsório sobre os outros depósitos também a 100%. Compulsórios sobre depósitos de replicação automática passaram de 30% em 95 para 50% em 96. Estes compulsórios em níveis elevadíssimos estrangularam, principalmente, bancos que haviam aumentado a sua alavancagem, deixando-os em uma situação delicada (como os bancos Nacional e Bamerindus). A tabela 2.2 exibe dados de alavancagem dos oito principais bancos múltiplos privados nacionais. Pode-se perceber que os três bancos mencionados faziam parte do grupo com alavancagem acima da média, juntamente com o Unibanco e o Safra, enquanto o Bradesco, Itaú e BCN adotaram estratégias bem mais conservadoras.

TABELA 2.2 – ALAVANCAGEM DOS PRINCIPAIS BANCOS BRASILEIROS – 1992-1995

BANCOS	OPERAÇÃO DE CRÉDITO/ PL REAL			
	1992	1993	1994	1995 ⁽¹⁾
Bradesco	1,92	1,5	2,18	2,23
Itaú	1,26	1,48	2,08	2,04
BCN	1,41	1,5	2,57	2,82
Nacional	7,04	7,75	7,17	7,31
Bamerindus	3,11	4,92	6	5,39
Unibanco	3,44	4,72	5,48	5,03
Safra	3,08	4,42	4,44	3,9
MÉDIA ⁽²⁾	2,2	2,71	3,07	...

FONTE: GAZETA MERCANTIL

NOTA: ... Dado não disponível

(1) Referente ao primeiro semestre

(2) Média dos bancos múltiplos privados

As dificuldades enfrentadas pelos bancos mais alavancados devido aos altos índices de inadimplência foram aprofundadas ao diminuir bruscamente a liquidez do interbancário - "empoçamento de liquidez" (CARVALHO, 1995a: 32 e 1995b: 30). Tal fenômeno significa que bancos ficaram temerosos em emprestar seus recursos para estas instituições em dificuldades (preferindo comprar títulos públicos, por exemplo), secando o interbancário. Isto pode ser considerado bom para o sistema, pois não compromete os ativos das instituições saudáveis, evitando que a possível quebra dos bancos tomadores de recursos no interbancário se alastre pelo setor; além do que aumenta as reservas dos bancos sadios para enfrentar uma possível corrida bancária, caso o público desconfie do setor como um todo. Mas este "empoçamento" tem o seu lado negativo, agravando uma situação que poderia ser passageira, podendo levar instituições com problemas temporários de liquidez à insolvência, caso a urgência de fazer caixa force uma instituição a vender seus ativos com prejuízo, ou tomar recursos às taxas punitivas do Banco Central. Este fenômeno de "empoçamento de liquidez" já ocorria desde fins de 94, foi se agravando ao longo de 95.

2.2 Alterações na Legislação

Com a implantação do Real e a estabilização da economia, as autoridades monetárias empreenderam um conjunto de medidas a fim de fortalecer e disciplinar

o sistema financeiro contra o risco sistêmico. Assim, em agosto de 1994, e conforme o acordo da Basileia, o Banco Central editou a Resolução nº 2099 estabelecendo limites mínimos de capital para constituição de um banco. Essa norma também estipulava que as instituições financeiras deveriam manter um patrimônio líquido ajustado equivalente a 8% do valor de seu ativo ponderado pelo risco.

As medidas mais expressivas, no entanto, ficaram para o segundo semestre de 1995. Diante do quadro de agravamento da situação de algumas instituições e a instabilidade provocada pela intervenção no banco Econômico, o governo adotou uma série de medidas para evitar uma situação crônica, tais como: 1) Estabelecimento de incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras; 2) Instituição do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) (Resolução nº 2.208 de 03/01/1995); 3) Regulamentação do Fundo Garantidor dos Créditos (FGC); 4) Dificultou a constituição de novas instituições e criou o incentivo para processo de fusão, incorporação e transferência de controle acionário (16/11/1995). (ANDREZZO e LIMA, 1999, p.272-279)

O Fundo Garantidor de Créditos – FGC, criado em agosto de 1995, por meio do Resolução nº2197, é uma instituição de direito privado, cujo capital provém de contribuições efetuadas pelas próprias instituições financeiras (0,025% do montante mensalmente escriturado dos saldos das contas seguradas), que tem por objetivo prestar garantia de créditos contra instituições dele participantes, nas hipóteses de decretação da intervenção, liquidação extrajudicial ou falência de instituição. Participam deste Fundo as instituições financeiras e associações de poupança e empréstimos e é garantido o total de créditos de cada pessoa contra a mesma

instituição, ou contra todas as instituições do mesmo conglomerado financeiro, na valor máximo de R\$ 20 mil.

O apoio financeiro que o FGC oferece pode ser preventivo, injetando liquidez com o propósito de evitar o colapso da instituição e sua propagação ao sistema financeiro, ou corretivo, na forma de seguro, reduzindo as perdas dos depositantes na hipótese de falência da instituição. (ANDREZO e LIMA, 1999, p.278)

Um capítulo à parte é o Proer. O programa de reestruturação dos bancos foi lançado em novembro de 1995 para prevenir um problema urgente: o risco de uma crise bancária.

Sem dúvida, num programa de estabilização monetária, o sistema financeiro é um dos segmentos mais afetados pelos ajustes macroeconômicos. Uma crise bancária constitui desafio para o governo de qualquer país e deve ser evitada por todos os meios disponíveis. Crises desse tipo, quando ocorrem, geram destruição profunda na economia. Fazem as pessoas perderem sua poupança, destroem a confiança da população no sistema financeiro e deixam os bancos sem liquidez.

Em novembro de 1995, o Banco Central brasileiro já havia enfrentado a quebra do Banco Econômico, no primeiro semestre do ano, e tinha um problema maior para resolver: o Banco Nacional, então quarta maior instituição privada do país, estava à beira da quebra.

Dado que os problemas bancários estavam atingindo grandes instituições privadas de varejo, a apreensão quanto à saúde financeira dos demais bancos elevou-se, provocando concentração da liquidez nos maiores bancos. Esse ambiente prejudicou as instituições, tornando concreta a possibilidade da ocorrência de crise bancária sistêmica no País.

Junto com a intervenção no Banco Nacional, e diante das dimensões que a crise bancária vinha assumindo, o Governo Federal adotou o Proer, para estimular os necessários movimentos de aquisição e reorganização societária para sanear e consolidar o sistema financeiro nacional. A simples decretação de liquidação extrajudicial de instituições financeiras em dificuldade, que assim se extinguiriam, não era alternativa apropriada diante das dimensões da crise bancária em formação. A liquidação de um ou mais grandes bancos afetaria todo o sistema financeiro, haveria interrupção do fluxo de pagamentos com efeitos danosos sobre instituições não-financeiras e o público. As empresas perderiam acesso ao crédito e ao capital de giro. O público perderia seus depósitos e sua poupança financeira. A situação exigia um novo instrumento. (ANDREZO e LIMA, 1999, p. 276)

O Proer promoveu o saneamento de bancos problemáticos por meio da divisão da instituição original em duas, uma saudável e outra não. Segundo esse critério, a instituição saudável, constituída pelos ativos de boa qualidade, assim definidos pelo comprador, e por todos os depósitos recebidos pela instituição original, deveria necessariamente ser adquirida por outro controlador. Os ativos remanescentes e os demais passivos permaneceriam constituindo o banco original, que passaria ao regime especial de intervenção e deveria ser liquidado. (ANDREZO e LIMA, 1999, p. 276)

As instituições que adquiriam os bancos saudáveis puderam contar com linha de crédito para cobrir os dispêndios com a reestruturação, reorganização e modernização, além de lhes ser autorizado o descumprimento, em caráter temporário, das exigências do limite operacional previsto no Acordo de Basileia.

Para liberação dos recursos do Proer – oriundos dos depósitos compulsórios feitos pelas instituições financeiras junto ao Banco Central – exigiu-se a prestação

de garantias pelo banco sob intervenção, que poderiam ser títulos públicos ou direitos associados a operações de responsabilidade do Tesouro Nacional ou de entidades da administração federal indireta. O valor nominal das garantias deveria exceder em 20% o montante captado, caso não se constituíssem de títulos da dívida mobiliária. Dessa forma, a possibilidade de perda dos recursos liberados pelo Banco Central tende a ser minimizada. A taxa de juros das operações de crédito realizada no âmbito do programa variou em função das garantias apresentadas, correspondendo à taxa de remuneração dos títulos ou direitos, acrescida de 2% ao ano, se as garantias fossem obrigações do Governo.

Outras iniciativas foram adotadas buscando facilitar a reestruturação e o fortalecimento do sistema financeiro nacional. A Resolução nº 2.212, de novembro de 1995, que aumentou a exigência mínima de capital para a constituição de novos bancos, manteve o limite mínimo anterior para as fusões, incorporações e transferências de controle acionário, no intuito de estimulá-las. Além disso, por meio da Medida Provisória nº1.179, de novembro de 1995, definiram-se incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras.

O quadro a seguir apresenta as operações apoiadas com recursos do Proer.

TABELA 2.3 - OPERAÇÕES NOS BANCOS REALIZADAS COM RECURSOS DO PROER – JUL 1994-MAIO 1997

REGIME	OPERAÇÕES
BANCOS EM INTERVENÇÃO	VENDA DE PARCELA DOS ATIVOS E PASSIVOS PARA:
Econômico Nacional	Excel e CEF
Mercantil de Pernambuco	Unibanco
Banorte	Rural
Bamerindus	Bandeirantes
BANCOS QUE NÃO ESTAVAM SOB INTERVENÇÃO	HSBC, CEF ⁽²⁾ , Banco do Brasil
	TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO PARA:
United	Antônio de Queiroz
Mertinelli	Pontual

FONTE: BANCO CENTRAL

(2) Apenas a carteira imobiliária

Embora os itens citados acima tenham dado maior ênfase a questões relacionadas com a compra e venda de instituições, as resoluções não se limitaram a esses pontos. Buscou-se também, aumentar o poder de fiscalização e permitir uma atuação mais preventiva por parte do Banco Central, através das seguintes medidas: 1) Aumento do poder de intervenção (MP 1.182 de 17/11/1995); 2) Instituição da responsabilidade das empresas de auditoria contábil em casos de irregularidades (13/03/1996); 3) Permissão para cobrança de tarifas pela prestação de serviços (25/07/1996); 4) Criação da Central de Risco de Crédito (22/05/1997). (ANDREZO e LIMA, 1999, p.292)

A legislação existente até meados de 1995 não permitia que o Banco Central atuasse de forma preventiva, limitando sua ação até a eclosão dos problemas.

Para dotar o Banco Central da adequada capacidade de atuar preventivamente e de levar à frente os objetivos do programa, ampliou-se o poder de intervenção da instituição por meio da Medida Provisória nº1.182, de novembro de 1995, que permitiu à autoridade monetária exigir das instituições com problemas de liquidez as seguintes providências: novo aporte de recursos, transferência do controle acionário e reorganização societária.

A medida provisória de, 13 de março de 1996, ampliou a responsabilidade das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes em casos de irregularidades na instituição financeira. A legislação estimula que informem ao Banco Central sempre que sejam identificados problemas ou que o banco se recuse a divulgar as informações. Adicionalmente a Resolução nº2.302, de 25 de julho de 1996, determinou a consolidação das demonstrações financeiras das atividades no Brasil com as demonstrações financeiras do banco em outros países, viabilizando a efetiva supervisão global dos conglomerados.

A mesma Resolução instituiu a Inspeção Global Consolidada – IGC, que representa importante aprimoramento dos procedimentos de fiscalização do Banco Central. A partir da IGC, os inspetores passaram a fiscalizar todos os módulos (por exemplo, operações de crédito, de câmbio, de tesouraria, de leasing, de títulos de renda fixa e variável; dependências e participação no exterior; auditoria e controles internos; gerenciamento de riscos; etc.) de atividade da instituição e do grupo econômico do qual faz parte. A IGC analisa ainda a política operacional da instituição, visando avaliar sua situação econômico-financeira e o risco global do grupo. A inspeção com foco nos negócios e nos riscos assumidos pelos bancos, realizada de forma consolidada, mostra-se realmente eficaz na manutenção da solidez do sistema financeiro nacional.

Com vistas a aprimorar o gerenciamento do risco, criou-se a Central de Risco de Crédito, por meio da Resolução 2.390, de maio de 1997. Ela funciona no Banco Central do Brasil e recebe informações de todos os bancos sobre seus clientes com saldos devedores superiores a um valor estabelecido, atualmente em R\$5 mil. Essas informações são utilizadas pela autoridade fiscalizadora para aprimorar sua capacidade de avaliação da concentração dos empréstimos por devedor / conglomerado, mensuração de risco e análise da qualidade do *portfolio* bancário. (ANDREZO e LIMA, 1999, p.292)

No plano da legislação, a análise de risco das instituições foi beneficiada pela Resolução nº 2.682, de dezembro de 1999. Segundo esse normativo, as instituições devem classificar suas operações de crédito em nove níveis distintos de risco, entre AA e H, levando em consideração a pontualidade e os atrasos nos pagamentos, a situação econômico – financeira, o grau de endividamento, a capacidade de geração de resultados, o limite de crédito e outras características dos devedores e

garantidores, bem como aspectos relativos à operação. A Resolução define também o provisionamento que deverá ser realizado pelas instituições, em cada caso. (SISBACEN)

As modificações na Legislação também ocorreram no que diz respeito a permissão para o ingresso de bancos estrangeiros. A exposição nº 311 estabeleceu que é de interesse do país o aumento da participação de instituições estrangeiras no sistema financeiro e a resolução nº 2.212 do Conselho Monetário Nacional eliminou a exigência de que o capital mínimo para implantação de um banco estrangeiro fosse o dobro daquele exigido para um nacional.

2.3. Mudanças estruturais do Sistema Financeiro

O sistema financeiro também entrou num processo de alteração em sua estrutura no que diz respeito ao número de instituições, a internacionalização do mercado com o ingresso dos bancos estrangeiros e na participação relativa nos agregados financeiros entre as diversas categorias de bancos – públicos e privados, estrangeiros e nacionais. O total de bancos operando no Brasil caiu de 273, em junho de 1994, para 233, ao final de dezembro de 1998. Esse ajuste contou com a participação efetiva do Banco Central que, durante esse período, liquidou 42 instituições. Embora a maior parte das intervenções tenha acontecido em bancos de pequeno e médio porte, algumas ocorreram em instituições com uma grande quantidade de depositantes e agências. Neste caso, para evitar o risco de que uma crise sistêmica ocorresse, o governo preocupou-se em encontrar compradores para essas instituições utilizando recursos do Proer.

Além das instituições que sofreram algum tipo de intervenção do Banco Central e daquelas que utilizaram os recursos do Proer, um grande número de bancos passaram por processos de transferência de controle acionário e incorporação sem recursos públicos. Até o final de 1998, foram registradas 7 incorporações de 34 transferências. Entre elas, podemos citar: o banco Baneb que foi adquirido pelo Bradesco S.A, em junho de 1999; o banco real que foi adquirido pelo Banco ABN em julho de 1998; o Bemge que foi adquirido pelo Banco Itaú S.A em setembro de 1998. (SISBACEN)

De forma mais didática, estas informações estão reunidas no gráfico abaixo, como pode ser visto, nos quatro anos e meio que se seguiram ao Real, nada menos que 104 instituições sofreram algum tipo de ajuste.

TABELA 2.4 – INSTITUIÇÕES QUE SOFRERAM AJUSTES APÓS O PLANO REAL

Anos	Total	Incorporação	Transf. De Controle	Liquidação	Banco de Invest.	Cia. créd. Fin. Invest.	Arrend. E Mercantil	Dist. tit. E mob.	De vai.	Inst. Não financeira
1994	7	-	-	7	-	-	-	-	-	-
1995	13	2	1	9	1	-	-	-	-	-
1996	22	3	7	6	4	-	-	1	1	
1997	29	1	10	11	1	-	-	2	4	
1998	33	1	16	9	-	1	1	-	5	
TOTAL	104	7	34	42	6	1	1	3	10	

FONTE: BACEN

É importante destacar que em contrapartida da redução do número de instituições, ocorreu um aumento dos ativos dos bancos em funcionamento,

As iniciativas compreendidas na reforma do sistema financeiro conduziram ao aumento da solidez e da eficiência do sistema financeiro nacional, como pode ser extraído da citação abaixo:

“O estágio atual da organização do SFN é consequência da mudança na legislação, do processo de ajuste às condicionantes macroeconômicas após o Plano Real e do alinhamento à tendência mundial, caracterizada por fusões de empresas integrantes de diversos segmentos produtivos das modernas economias. Esse processo de adaptação foi sendo monitorado pelo Banco Central, com a preocupação central de criar condições para maximizar os benefícios de um sistema no qual prevalecesse um menor número de empresas maiores, porém mais eficientes e sólidas. Assim, ao tempo em que se buscou o fortalecimento do sistema financeiro, até então acostumado a um crônico processo inflacionário, viabilizou-se a redução das possibilidades de desequilíbrios estruturais. Em consequência, reduziu-se o risco sistêmico ao qual a economia estava exposta, permitindo-se a inserção das instituições financeiras nacionais no mundo globalizado em melhores condições de competitividade.” (SISBACEN, Relatório 2000)

As instituições adaptadas ao novo ambiente de estabilidade e abertura – nacionais e internacionais – dispõem de tecnologia e de sistema de análise de risco mais desenvolvidos, permitindo a concessão de créditos com maior margem de segurança e menores custos, além de aumentarem a qualidade da oferta de produtos e serviços.

Nesse contexto, ao final de 1999, foi aprovado o projeto de reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, que entrou em operação em abril de 2002, objetivando o maior gerenciamento de risco sistêmico e a implantação de sistema de transferência de grandes valores com liquidação bruta em tempo real, denominado Sistema de Transferência de Reservas – STR.

O novo sistema de pagamentos foi desenhado de modo a não admitir saques a descoberto em reservas bancárias em qualquer momento ao longo do dia e a transferir aos participantes o risco das operações que realizam, estimulando assim maior cuidado no seu gerenciamento.

O sistema financeiro é fortemente estimulado a investir em tecnologia de informação, de desenvolver novos e melhores sistemas de avaliação de risco de crédito, a oferecer novos produtos e a tornar-se mais capitalizado, aumentando, ainda mais, sua solidez. Com isso, a sociedade beneficia-se com transações mais rápidas e ágeis, como as transferências de recursos em tempo real entre bancos em qualquer lugar do país, com novos produtos lançados e com a maior concorrência entre as instituições financeiras.

Não resta dúvida de que a existência de um sistema financeiro sólido e eficiente constitui pré-requisito para o crescimento econômico sustentado. Nas crises financeiras internacionais recentes, a partir da crise asiática e inclusive na desvalorização cambial brasileira, esse fator certamente limitou o “efeito contágio” em relação ao Brasil. Quando considerada em conjunto com as demais reformas estruturais implementadas a partir de 1995 e com a política fiscal do país, a reestruturação do sistema financeiro faz parte do conjunto de medidas destinado a construir as bases sólidas para o desenvolvimento econômico do País.

CAPÍTULO 3

3. ANÁLISE DO AJUSTE PATRIMONIAL DO SISTEMA BANCÁRIO NO PERÍODO DE 1990/1998

Após a análise das mudanças macroeconômicas causadas pelo programa de estabilização e do estudo sobre o histórico do mercado financeiro, esse terceiro capítulo tem o objetivo de analisar como os bancos comerciais respondem, na formação de seus portfólios, às variações macroeconômicas.

Para maior compreensão, o capítulo foi dividido em três seções. A primeira seção, analisa a estratégia do capital bancário no fim da alta inflação, a segunda verifica o desempenho dos bancos múltiplos privados no início no Plano Real, na terceira e última seção observa-se o ajuste patrimonial bancário mediante as crises externas.

3.1 Estratégia do capital bancário no fim da alta inflação

O Plano Real provocou impactos profundos na estrutura e no funcionamento dos bancos no Brasil. Os Bancos tiveram que se adaptar ao fim das receitas inflacionárias e procurar novas fontes de receitas.

A capacidade de reação dos Bancos no início da década de 90, decorria em boa parte dos lucros excepcionais acumulados no longo período de alta inflação.

A inflação permite aos bancos a obtenção de um rendimento específico, decorrente da perda de valor real dos recursos neles depositados sem remuneração. Os bancos não pagam aos titulares destes recursos um rendimento que compense a

corrosão do seu valor pela inflação, mas incluem esta compensação na taxa cobrada do tomador de empréstimos por eles financiados, e se apropriam da diferença.

O desempenho excepcional dos bancos nesse período explica-se não só pelas receitas permitidas pela inflação alta, mas também pelos efeitos positivos das políticas adotadas pelo governo para enfrentar a grave crise dos anos 1980. Foi decisivo o compromisso do governo de manter a atratividade dos haveres financeiros denominados em moeda nacional e desestimular a fuga de capitais para o exterior. O principal instrumento para isto foi a generalização das aplicações de curtíssimo prazo (*overnight*), em títulos federais, com juros monitorados permanentemente pelo Banco Central do Brasil - BCB de forma a sinalizar ganhos reais para os aplicadores.

Os bancos, operando como intermediários, adquiriam títulos do governo, com prazos de semanas ou meses, e os revendiam ao público por um dia, mediante cláusula de recompra a preço definido no momento. Para minimizar o risco de que o custo diário de financiamento pudesse superar a rentabilidade dos títulos, o Banco Central do Brasil - BCB garantia aos bancos financiamento diário ("zeragem automática") e a eventual recompra dos papéis e sua substituição por outros, caso as expectativas de juros se alterassem de forma imprevista.

Um dos itens básicos desta estratégia era a sinalização pelo Banco Central do Brasil - BCB de juros reais elevados e previsíveis, objetivo que subordinou toda política monetária ao longo destes anos e manteve para os bancos a alternativa rentável e segura de concentrar-se na intermediação de títulos da dívida pública.

Doellinger (1992:275-284) reforça este direcionamento da atividade bancária para as aplicações de curto prazo, na primeira metade dos anos oitenta:

“Este desempenho paradoxal (os bons resultados obtidos pelos bancos), se cotejado com a redução sensível da função creditícia, é explicado por uma profunda reorientação de atividades. O sistema financeiro brasileiro perdeu muito da sua função de intermediador de recursos ao setor privado para prestador de serviços e canalizador de poupança financeira ao setor público, atuando de forma marcante como uma extensão das autoridades monetárias na execução da política monetária e no gerenciamento da dívida mobiliária do setor público. Esta realocação de funções permitiu não apenas a manutenção do setor, mas contribuiu ainda para resultados excepcionais. O crescimento inusitado das operações *overnight*, com juros reais elevados, permitiu aplicações diárias de recursos captados do público (depósitos de diversas naturezas) e das próprias reservas das entidades, garantindo-se desta forma *spreads* sempre positivos (...). A prestação de serviços (...) propiciava (...) saldos de caixa cujos rendimentos eram apropriados pelas instituições. (...) a redução da função creditícia minimizou também os riscos inerentes às operações normais de crédito, sobretudo nos períodos de crise”.

A Tabela 5, apresenta os ganhos inflacionários médios mensais dos maiores bancos privados em 1993 e 1994, a partir de seus balanços, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico – DIEESE (1995).

Os ganhos médios mensais com a inflação atingiram R\$ 408,5 milhões em 1993, caindo para R\$ 298,5 milhões em 1994, com a implementação do programa de estabilização econômica. Em contrapartida, pode-se verificar que as operações de crédito aumentaram em R\$ 265,7 milhões no mesmo período, e a receita da prestação de serviços aumentou em R\$ 54,1 milhões.

Este aumento das operações de crédito e da receita de prestação de serviços, para a compensação da perda dos ganhos inflacionários será analisado mais profundamente na próxima seção.

TABELA 3.1 – MÉDIAS MENSAIS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE NOVE GRANDES BANCOS PRIVADOS⁽¹⁾ – 1993- 1994

CONTAS	1993	1994
	Total em R\$ Milhões ⁽²⁾	Total em R\$ Milhões ⁽²⁾
Receita de Intermediação Financeira	1383,6	1583,6
Operações de Crédito	441,9	707,6
Títulos e Valores Mobiliários	424,8	491,7
Ganhos com a Inflação ⁽³⁾	408,5	298,5
Resultado da Intermediação Financeira	665,6	728,8
Despesas Administrativas	652,4	749,4
Receita de Prestação de Serviços	125,9	180

FONTE: DIEESSE (1995), elaboração a partir dos balanços.

(1) Bradesco, Itaú, Unibanco, Bamerindus, Mercantil, Econômico, Nacional, BCN, Real.

(2) Valores correntes(valores convertidos em reais).

(3) Ganhos com passivos sem encargos, deduzidos de perdas com ativos não-remunerados.

3.2 Desempenho dos bancos privados no início do Plano Real

Nesta seção analisa-se a evolução da estrutura patrimonial dos bancos múltiplos privados.

Desde o início do Plano Real a composição dos ativos dos bancos passou por importantes alterações. Como pode ser observado no gráfico 4, há um acentuado crescimento no grau de alavancagem do agregado “bancos múltiplos privados” no início do Plano Real, revelando uma postura mais agressiva dos bancos. Este período foi marcado por um acentuado crescimento econômico inicial e se encerra com uma forte ameaça de crise bancária de 1995/96. O período caracterizou-se ainda, pelo ajustamento do sistema bancário brasileiro ao contexto de estabilização de preços, que em face do fim das receitas inflacionárias passou a expandir a

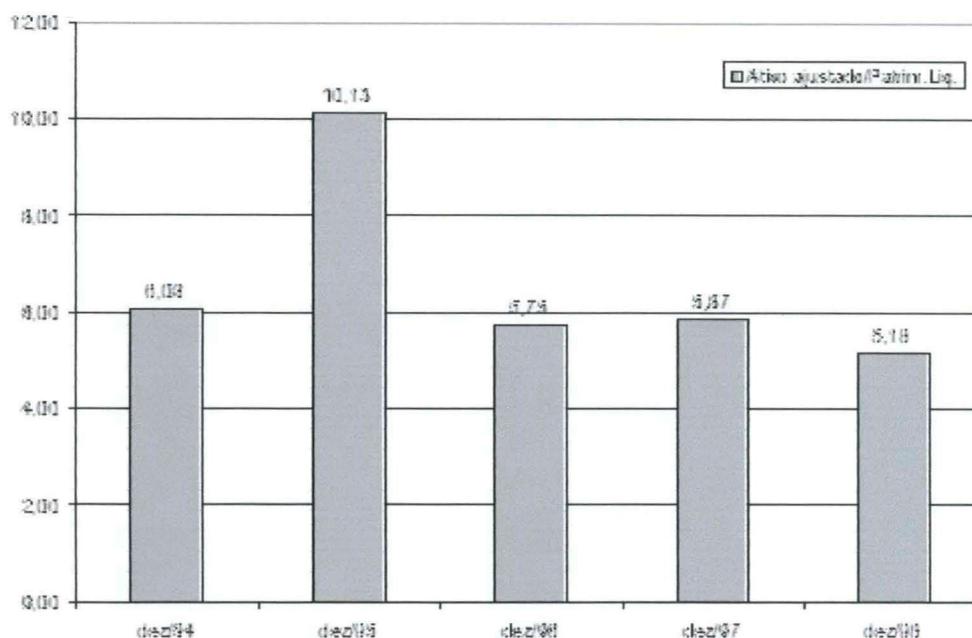
concessão de crédito num quadro de forte crescimento na demanda por empréstimos.

É importante destacar que o crescimento do crédito observado durante o primeiro ano do Plano Real ocorreu num contexto de fortes restrições das autoridades monetárias sobre os bancos, através da exigência de elevados depósitos compulsórios, como mencionado no capítulo 2. Contudo, o Banco Central, tendo em vista a capacidade revelada pelos bancos brasileiros de utilizar técnicas de administração de passivo para alavancar suas operações ativas, teve de instituir, no limite, um compulsório de 15% sobre os créditos concedidos, diante da relativa ineficácia dos elevados compulsórios sobre depósitos a vista e a prazo.

De 1995 para 1996, o grau de alavancagem diminuiu significativamente, mantendo uma tendência de queda nos períodos subseqüentes, expressando maior conservadorismo e aversão ao risco dos bancos múltiplos privados, num contexto de maior incerteza, que começou com a crise bancária de 1995 até chegar ao quadro de crise externa em 1997 e 1998.

O grau de alavancagem dos bancos brasileiros é medida pela razão risco-ativo (REED E GILL, 1994, cap 7), ou seja, a razão ativo ajustado (total do ativo menos encaixe bancário menos títulos do governo) sobre o capital próprio. Como os títulos públicos em geral, e especialmente no Brasil, constituem, em boa medida, reservas secundárias dos bancos, a razão ajustada reflete melhor a alavancagem do ativo dos bancos como uma medida do grau de aversão ao risco do banco, assim como de sua capacidade de absorver possíveis perdas.

GRÁFICO 3.1 – ALAVANCAGEM DOS BANCOS MÚLTIPLOS PRIVADOS⁽¹⁾ – 1994-1998



Fonte: *Boletim do Banco Central do Brasil* (Suplemento Estatístico).

FONTE: BACEN

(1) Os bancos incluídos na amostra são: América do Sul, Bandeirantes, Boavista, Bradesco, HSBC Bamerindus, Itaú, Mercantil de SP, Noroeste, Unibanco.

O aumento generalizado e intenso do crédito de 1992 a julho de 1994 ocorreu em resposta a três fatores: o fim das operações overnight com o público no Plano Collor II, de janeiro de 1991; cenário econômico mais favorável, com a volta dos recursos externos em 1992 e a retomada do crescimento econômico; perspectiva de queda da inflação, o que recomendava ampliar de imediato o crédito para não ter que fazê-lo sob as previsíveis restrições da fase inicial do futuro programa de estabilização.

Apresentam-se aqui indicadores selecionados sobre o crédito, de 1992 a 1995, de um conjunto de bancos relacionados.

TABELA 3.2- OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM PORCENTAGEM DO ATIVO TOTAL DOS BANCOS NACIONAIS – 1991- 1995

BANCO	PERÍODO				
	dez/91	dez/92	dez/93	dez/94	dez/95
Nacional	41,56	45,35	49,52	50,11	ni
Econômico	38,1	38,49	47,33	ni	ni
Itaú	25,02	26,26	23,6	37,9	32,2
Bradesco	26,67	24,79	22,51	40,43	37,26
Unibanco	26,76	29,4	30,49	44,56	30,19
Noroeste	30,58	23,76	26,99	47,78	40,87

Fonte: Revista Bancária Brasileira, em diversas edições

NOTA: ni: não informado

Os dados referentes à participação do crédito no ativo total mostraram que o conjunto de bancos, com exceção do Nacional e Econômico, registraram um percentual relativamente constante até o real, em torno de 21% a 30% do ativo total, o que reflete uma política de crescimento cautelosa ou uma maior capacidade de crescer mantendo ganhos simultaneamente em crédito e em outras aplicações. Após a queda da inflação, dezembro de 1994, a participação do crédito no ativo do conjunto de bancos subiu para 37% a 47%.

Como mencionado no capítulo 2, os bancos Nacional e Econômico, possuíam alavancagem acima da média, fato que os levou a uma situação delicada, após o Banco Central estabelecer elevados níveis de compulsórios.

O forte aumento dos empréstimos, no início do Plano de estabilização econômica, indica que os bancos estavam em condições de reagir com rapidez a restrições e mudanças nas expectativas e também de preparar-se para alterações profundas do quadro econômico, como a queda da inflação.

Foi o que ocorreu, logo após a queda da inflação, no segundo semestre de 1994, a rentabilidade média dos bancos não se alterou significativamente. Este desempenho não contraria a convicção de que a inflação alta representava uma

poderosa fonte de lucros para o setor bancário no país. A rápida adaptação dos bancos ao novo cenário trazido pelo Plano Real evidenciou sua capacidade de antecipar-se ao quadro de inflação baixa e as medidas do programa de estabilização.

Conforme indica a Tabela 3.3, a rentabilidade média dos bancos brasileiros aumentou de 14,9% em 1993, para 16,8% em 1994, mantendo-se no patamar de 13,0% até 1998. Em 1999, a mesma chegou a 23,0%, em virtude dos ganhos com a desvalorização cambial.

TABELA 3.3 - RENTABILIDADE PERCENTUAL MÉDIA DOS BANCOS MÚLTIPLOS⁽¹⁾ PRIVADOS NO BRASIL- 1990- 1999

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Rentabilidade	32,9	9,1	9,5	14,9	16,8	12,9	13	12,2	13,1	23

FONTE: BANCO CENTRAL

(1) Os bancos incluídos na amostra são: América do Sul, Bandeirantes, Boavista, Bradesco, HSBC Bamerindus, Itaú, Mercantil de SP, Noroeste, Unibanco.

Três fatores explicam este bom desempenho de rentabilidade: cobrança de serviços; ganhos em operações com moeda estrangeira; e crescimento da receita de operações de crédito, pelo aumento do volume e da margem de intermediação.

O primeiro era previsível, a receita de serviços, que representava apenas 8% em 1990, passa para 10,5% em 1993, e para 21,5% em 1995 (Andima/IBGE: Sistema Financeiro – Uma análise a partir das Contas Nacionais 1990-1995). O segundo refletiu o posicionamento acertado da maioria dos bancos quanto à política de câmbio e de juros que seria implementada, o que gerou lucros muito acima do esperado, com a imprevista valorização nominal do câmbio. O terceiro é de maior interesse. As autoridades fizeram grande esforço para impedi-lo porém, os bancos conseguiram antecipar-se e contornar a escalada de restrições impostas a seguir.

A cobrança generalizada de tarifas representa a explicitação de custos operacionais embutidos na captação de recursos sem juros ou com juros abaixo da média do mercado. Com inflação alta, o custo administrativo destes recursos para os bancos é muito inferior aos rendimentos obtidos; com inflação baixa ela se torna relativamente bem mais pesado e os bancos procuram repassá-lo para os clientes.

Os ganhos com moeda estrangeira decorreram da avaliação acertada de que a nova moeda viria com juros altos e valorização real do câmbio. Os bancos reforçaram a captação para repasse doméstico, estimulado pela abundância de recursos externos e pela expectativa de que as restrições ao crédito incluíam recolhimentos compulsórios sobre recursos captados em reais. A valorização nominal do real trouxe ganhos muito superiores ao previsto de início.

A necessidade de recomposição das fontes de ganhos, combinada com a expansão da economia no início do Plano Real, permitiu que os bancos expandissem suas receitas com “operações de crédito”, que dobrou de 1994 para 1995, e com “prestação de serviços”, esta última especialmente beneficiada pela liberação de tarifas, de modo geral, continuaram a crescer, conforme demonstra a tabela 3.4, abaixo.

Como já mencionado na capítulo II, o aumento do crédito se deu de forma desordenada sem os ajustes necessários no modelo operacional e sem cuidados com a capacidade de pagamento dos clientes. Assim, no segundo semestre de 1995, com a queda de crescimento da economia aliada a política restritiva de crédito e abertura comercial, alguns setores financeiros apresentavam-se com dificuldades para honrar seus compromissos financeiros. O resultado desse processo foi o elevado índice de inadimplência, com isso os bancos foram obrigados a aumentar o

valor das provisões para créditos de liquidação duvidosa, que mais que quadruplicaram em 1995 com relação a 1994, como mostra a tabela 3.4.

TABELA 3.4 - RESULTADOS DE DEZ GRANDES BANCOS PRIVADOS NO BRASIL- 1994- 1998

	RESULTADO EM MILHÕES DE REAIS				
	1994	1995	1996	1997	1998
Receitas de Intermediação Financeira	21640	27908	28170	23025	29622
Operações de Crédito	9470	19283	17770	15219	16307
Resultado Operacional c/ Títulos e Vai. Mobiliários	6700	6477	8412	5590	10774
Ganhos c/ Passivo sem Encargos - perdas c/ Ativ	4035	291	-	-	-
Outras	1436	1857	1988	2216	2541
Despesas de Intermediação Financeira	11402*	19157*	20191*	17445*	21637*
Operações de Captação no Mercado	9831*	13593*	13613*	11239*	15707*
Prov. p/ Cred. De liquidação Duvidosa	978*	4675*	3799*	3449*	3090*
Outras	593*	888*	2779*	2757*	2840*
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	10238	8751	7979	5579	7985
Outras Receitas / Despesas Operacionais	7093*	5997*	5959*	4567*	5023*
Receitas de Prestação de Serviços	2583	3857	4523	4941	5152
Despesas de Pessoal	5593*	6153*	6412*	5816*	6115*
Outras Despesas Administrativas	4918*	5368*	6200*	5866*	6327*
Result. De Participação com Coligadas Controlad	1282	1578	2153	2325	2874
Outras	450*	96	23*	149*	607*
Resultado Operacional	3145	2754	2019	1013	2962
Resultado Não Operacional	72*	57*	125*	224*	365*
Resultado Antes da Tribulação e Participação	3073	2791	1895	788	2597
Lucro / Prejuízo do Exercício	2021	2040	2126	1419	3033
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)	14,36%	11,87%	12,32%	8,54%	16,26%

FONTE: Demonstrativo de Resultados dos Bancos (dezembro). Valores deflacionados pelo IGP-DI.

NOTA: * Os bancos incluídos na amostra são: América do Sul, Bandeirantes, BNC, Boavista, Bradesco, HSBC Bamerindus, Itaú, Mercantil de SP, Nordeste e Unibanco.

Os dados apresentados reforçam a avaliação de que os bancos de varejo saíram da crise dos anos 1980 em condições de reagir às mudanças conjunturais e aproveitar as oportunidades surgidas. Com base nisso, reagiram à perda de rentabilidade nas operações com títulos no início dos anos 1990, aproveitaram o

cenário mais favorável e procuraram se antecipar ao que ocorreria em um plano de estabilização bem-sucedido, em que haveria fortes restrições ao aumento do crédito.

3.3 As crises bancárias, asiática e russa

Em outubro de 1997 ocorreu uma forte queda na Bolsa de Hong Kong, provocando significativas desvalorizações das moedas e bolsas asiáticas, criando clima de insegurança que se espalhou por todos os mercados financeiros. Com o objetivo de defender a moeda e manter a estabilidade econômica, o Banco Central elevou fortemente a taxa de juro básica da economia, passando a praticar uma política monetária restritiva.

Em 1998, o desempenho da economia brasileira também, foi influenciada pelas condições adversas do cenário econômico internacional, iniciadas com a crise asiática e com a moratória russa.

Mediante este quadro de crise externa, os bancos fizeram ajustes patrimoniais, aumentando a participação de aplicações em títulos e haveres mobiliários com *hedge* cambial, retraindo as operações de crédito e criando estratégias para reaver créditos em atraso.

Para melhor interpretação do ajuste patrimonial dos bancos privados, segue tabela com as principais contas do ativo dos bancos múltiplos privados.

Como mostra a Tabela 3.5, os valores da conta “permanente” cresceram ao longo do período analisado, e isto se deve, principalmente, ao crescimento nos investimentos em automação bancária, que vêm se intensificando ao longo da década de 90, e nos investimentos nas empresas coligadas e controladas, como sugere a participação predominante do item “investimento” na conta “permanente”.

TABELA 3.5 – PRINCIPAIS CONTAS DO ATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS BANCOS MÚLTIPLOS PRIVADOS- 1994- 1998

Ativo	R\$ BILHÕES											
	jun/94	%	dez/94	%	dez/95	%	dez/96	%	dez/97	%	dez/98	%
Disponibilidade Dep.	0,38	0,2	1,07	0,1	2,32	1,1	1,4	0,7	1,56	0,7	2,2	0,9
Compuls. No BCB	5,72	2,9	15,8	9	11,29	5,3	9,37	4,6	18,77	8,4	12,15	4,9
Operações Interfinan. Aplic. Em Tit.	30,48	15,4	2,12	1,2	11,61	5,5	-2,65	1,3*	4,07	1,8	-4,89	2,0*
E Vai. Mob. Títulos Públicos	30,23	15,2	27,64	15,8	26,67	12,6	39,71	19,4	43,92	19,7	73,5	29,6
Demais Haveres	17,95	9	9,45	5,4	14,72	7	33,59	16,4	34,18	15,3	51,14	20,7
Oper. De Créditos (Efetivos) Haveres Externos – CP	12,29	6,2	18,19	10,4	11,96	5,7	6,13	3	9,74	4,4	21,91	8,9
Operações Permanentes Investime nto	82,41	41,5	81,62	46,6	93,18	44,1	92,33	45,1	91,8	41,2	88,32	35,8
Outras	8,09	4,1	6,21	3,5	6,99	3,3	7,51	3,7	7,49	3,4	4,89	2
TOTAL	23,73	12	17,02	9,7	22,99	10,9	20,06	9,8	19,2	8,6	20,76	8,4
	21,49	10,8	20,93	11,9	26,16	12,4	26,68	13	28,4	12,6	39,2	15,9
	13,82	7	13,82	7,9	18,03	8,5	20,07	9,8	22,58	10,1	33,77	13,7
	4,18*	2,11*	2,83	1,6	10,13	4,8	10,44	5,1	8,07	3,6	10,92	4,4
	198,35	100	175,23	100	211,33	100	204,84	100	222,92	100	246,59	100

FONTE: BANCO CENTRAL. (Suplemento Estatístico. Valores deflacionados pelo IGP-DI.

NOTA: * Dados Preliminares

Os bancos múltiplos privados, em seu conjunto deixaram de ser doadores de recursos no interbancário, como revela a evolução das “operações interfinanceiras compromissadas”, com baixa participação relativa no total do ativo. A saber, são ditas compromissadas as operações, por tempo determinado, em que existe um compromisso de recompra (revenda) dos papéis vendidos (comprados) em dia fixado. Esse movimento reflete o fato de que a troca de reservas estava ocorrendo no interior deste subsector, principalmente entre os grandes bancos, o que ficou caracterizado como o fenômeno de empoçamento de liquidez, visível desde o segundo semestre de 1995, devido ao quadro de crise bancária que se configurou

no período, a partir da intervenção do Banco Central do Brasil nos bancos Nacional e Econômico, conforme já abordado nos capítulos anteriores. Esse fato deve ser destacado porque anteriormente os bancos utilizavam as operações interfinanceiras compromissadas como um canal importante de aplicação, atingindo em 1992 e 1993, respectivamente 9,0% e 13,1% no ativo total dos bancos múltiplos privados.

A busca por aplicações mais seguras se reflete no item “aplicação em títulos e valores mobiliários”, que quase duplica sua participação no ativo dos bancos de 1994 para 1998 (15,2% contra 29,6%). Esse incremento deve-se fundamentalmente ao aumento da participação dos títulos públicos em carteira, que praticamente triplica entre dezembro de 1994 e outubro de 1998 (9,0%contra 20,7%), enquanto os demais haveres mantiveram-

O aumento do item “aplicação em títulos e valores mobiliários”, se deu em detrimento da participação das operações de crédito e das operações interfinanceiras compromissadas no ativo total, o que evidencia uma postura mais conservadora por parte dos bancos a partir da crise bancária de 1995, expressando sua preferência pela liquidez, que é típica de um período de instabilidade macroeconômica.

A estratégia defensiva por parte dos bancos só foi possível porque a tendência esperada de controle do déficit público acabou não se concretizando. Premido da necessidade de atrair capitais estrangeiros para “fechar” as contas externas, o governo manteve taxas de juros reais elevadas em todo o período 1994/1998. Esta política aumentou as despesas com o serviço da dívida interna, ao mesmo tempo em que atraía recursos do exterior, cuja esterilização foi necessária para evitar pressões inflacionárias. Como resultado, o serviço da dívida cresceu aceleradamente, agravando o déficit público e forçando a novas emissões de títulos.

Deve-se notar que o governo, numa tentativa de assegurar a continuidade da política cambial vigente, colocou crescentemente no mercado, a partir de 1997, títulos públicos com correção cambial, oferecendo uma oportunidade de “*hedge*” cambial às instituições financeiras. Os bancos puderam, assim, investir nestes títulos para se protegerem contra uma possível desvalorização cambial, adotando uma estratégia defensiva que visava explorar as oportunidades de ganhos de arbitragem entre taxas de juros.

A estratégia de flexibilidade patrimonial permitiu aos bancos aplicarem em títulos públicos, alterando a composição do portfólio segundo as suas expectativas sobre o comportamento da economia brasileira.

Ao que tudo indica, os bancos foram bem sucedidos em manter seu nível de rentabilidade, aumentando as receitas com operações de crédito e serviços, durante o período inicial do Real e, posteriormente, com o aumento da instabilidade econômica, explorando os ganhos com operações de títulos. A rentabilidade do patrimônio de 10 grandes bancos privados no período de 1994/1998 mantiveram-se, acima de 11%, como mostrou a tabela 3.3.

CAPÍTULO 4

4. ANÁLISE DO AJUSTE PATRIMONIAL DO SISTEMA BANCÁRIO NO PERÍODO DE 1999/2002.

Este capítulo tem por objetivo analisar o desempenho dos Bancos privados durante o período de 1999 a 2002, com o intuito de verificar o comportamento destes, mediante ao quadro macroeconômico.

A metodologia utilizada, como já delimitada na introdução, será de analisar uma amostra de Bancos, quais sejam: Bradesco, Itaú, Unibanco, HSBC e Sudameris.

Em uma primeira seção será analisado o desempenho dos Bancos, em seu conjunto, utilizando-se das variáveis: operações de crédito e receita com prestação de serviços.

A segunda seção é destinada à investigação do posicionamento individual dos Bancos, baseando-se no Relatório Anual das Demonstrações Financeiras, divulgado pelos respectivos Bancos, e presentes no anexo deste trabalho.

4.1 Análise do desempenho dos Bancos

Para análise, segue tabelas com a média das operações de crédito e arrendamento mercantil e receita com prestação de serviços.

É importante destacar que os dados relativo ao ano 1999 não foram abordados, nesta seção, devido a divergência da composição das operações de crédito que, em 1999, não incluíam o item arrendamento mercantil.

TABELA 4.1 – MÉDIA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DOS BANCOS MÚLTIPLOS – 1999 - 2002

(Em % do ativo total)	ANO		
	2000	2001	2002
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	42,1	41,63	40,34

FONTE: BANCO CENTRAL

Observa-se que as operações de crédito não apresentaram variações significativas, com média de 41% do ativo total, entre 2000 e 2002.

Para maior compreensão do posicionamento dos Bancos, este item será melhor investigado na próxima seção.

TABELA 4.2 – RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- 2000 - 2002

R\$ milhões	ANO		
	2000	2001	2002
Receita com prestação de serviços	7765	8728	10081

FONTE: SISBACEN

Pode-se verificar, na tabela acima, que os Bancos utilizam-se da tarifa de prestação de serviços, como uma importante fonte de receita.

Silvio de Carvalho, diretor-executivo de Controladoria, afirmou que as receitas dos bancos têm contribuições diversificadas, “os bancos não estão somente ligados à taxa de juros”(leia-se investimento em títulos do Governo).

4.2 Análise da estratégia individual dos Bancos

O objetivo será investigar, ano a ano, como os bancos adaptaram-se as variações macroeconômicas, destacando a postura referente a política de crédito.

4.2.1 Estratégia dos Bancos em 1999

4.2.1.1 Cenário Econômico na perspectiva bancária

O ano de 1999 foi marcado pela mudança na política cambial, com a adoção, em janeiro, do sistema de livre flutuação. Esta mudança trouxe, num primeiro momento, grandes incertezas quanto ao seu sucesso, o que ocasionou altíssima volatilidade nos mercados financeiros. Ao longo do ano, entretanto, à medida que as perspectivas econômicas foram favoráveis, os mercados foram se recuperando.

Os juros caíram de 45% em março para 19% em dezembro e a inflação (IPCA) acumulada, após a desvalorização do Real, era de 8,9%.

Com esta mudança no cenário econômico, segue a posição adotada por cada Banco, conforme divulgado em seus relatórios.

4.2.1.2 Bradesco

O Banco Bradesco, destaca o aumento das operações de crédito, em relação a 1998, em resposta às demandas do mercado, direcionando estas operações para atividades de produção e financiamento ao consumidor.

Outro item de importância, no Relatório Bradesco, é a Gestão de Riscos:

“Na execução da política de crédito tem destacado papel um Comitê estabelecido nos mais altos níveis da Organização, que busca monitorar eventuais incertezas dessa atividade estratégica essencial.” (Relatório Bradesco 1999)

4.2.1.3 Itaú

O Itaú obteve, neste ambiente, resultado recorde no exercício.

A obtenção deste resultado, ressalta o Itaú, deve-se ao “adequado posicionamento do Banco frente aos riscos de créditos e de mercado nos últimos dois anos.”

Após a crise asiática, em 1997, o Itaú adotou política mais seletiva na concessão de crédito (mais voltada para pequenas e médias empresas), permitindo ao Banco aumentar o volume nesta carteira e, simultaneamente, reduzir o índice de inadimplência, melhorando a qualidade de seus ativos.

Abaixo, segue gráfico com o índice de inadimplência do Banco Itaú, confirmando a redução deste índice para 2,0% em 1999.

GRÁFICO 4.1 – ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA DO BANCO ITAÚ- 1994- 1999



FONTE: Balanço Patrimonial Itaú 1999

Um fator de suma relevância divulgado pelo Banco, é o lucro líquido registrado no valor de R\$ 1.869 milhões, representando evolução de 112,4% sobre o apurado de 1998, e foi em parte obtido pelo efeito da desvalorização cambial ocorrida no Brasil.

Segundo o banco, o lucro líquido pode ser decomposto em duas parcelas distintas. A primeira compreende o resultado recorrente das operações totalizando R\$ 1.518 milhões. A segunda parcela, de R\$ 351 milhões, corresponde a resultados extraordinários não recorrentes, obtidos pela valorização contábil de R\$ 535 milhões de investimentos permanentes no exterior (Argentina, New York, Portugal, Luxemburgo e Cayman), após a desvalorização do real frente ao dólar no primeiro trimestre de 1999.

4.2.1.4 Unibanco

O Unibanco, também, obteve o maior resultado em toda a década, registrando lucro líquido de R\$ 591 milhões, resultado 30,1% superior ao de 1998.

Segundo o Banco, este resultado “reflete o impacto da desvalorização cambial de janeiro, evento que gerou ganhos extraordinários decorrentes dos investimentos em agências e subsidiárias no exterior e de um correto posicionamento da tesouraria do Unibanco.”

Outro fator importante foi o aumento do volume de captações do Banco no mercado aberto, elevando-se de R\$ 2790 milhões em dezembro de 1998 para R\$ 4210 milhões em dezembro de 1999. Fato explicado pelo surgimento de arbitragem nas operações lastreadas em títulos públicos, decorrente do alto juro nominal e da volatilidade do primeiro trimestre. (p.41)

Em relação as operações de crédito, o Banco também ressalta a importância da gestão de risco para “manutenção da qualidade das operações.”

4.2.1.5 HSBC

O banco HSBC apresentou no exercício de 1999 um lucro líquido de R\$ 240.373 milhões, representando uma evolução de 109,5% sobre o resultado de dezembro de 1998.

Contribuíram para este resultado, o resultado em tesouraria, que superaram o esperado, como mencionado no Relatório HSBC, contribuído pelo “cenário macroeconômico de alta volatilidade.”

HSBC destaca que o aumento das operações de crédito, em relação a 1998, deu-se pela política de pulverização do risco e ênfase no financiamento a pessoas físicas.

O ano registrou um crescimento, em relação a 1998, de 91% no total das operações para pessoas físicas e de 74% nos valores financiados.

O HSBC também destaca a importância da gestão de riscos:

“Com o objetivo de construir e manter uma carteira de ativos sólidos e de boa qualidade, propiciar relacionamentos duradouros com os clientes e adicionar valor à instituição, o HSBC imprimiu um tom conservador à sua política de crédito, evitando concentrar operações com setores de maior risco; desenvolveu sistemas automáticos de scoring para a concessão e manutenção de linhas de crédito; introduziu ferramentas mais apuradas para aprovação de crédito.” (p.7)

4.2.1.6 Sudameris

O Banco ressalta que os efeitos da mudança da política cambial com o dólar atingindo R\$ 1,98424 em janeiro de 1999, propiciou um ganho expressivo de R\$ 107,1 milhões com as posições compradas em dólar futuro, papéis públicos indexados à moeda norte-americana e operações com trading de moeda.

O conglomerado Sudameris definiu como estratégia, a segmentação do mercado com forte atuação no varejo. “Para tanto, foram desenvolvidas políticas e mecanismos para concessão de crédito automático para pessoas físicas, pequenas e micro-empresas.”

4.2.1.7 Conclusão

Através da análise dos Relatórios da Administração dos Bancos, pode-se concluir que os bancos aumentaram suas carteiras com operações de crédito, em relação a 1998, devido ao posicionamento de melhorias na tecnologia de gestão de risco, permitindo-lhes maior qualidade de seus ativos.

A mudança no regime cambial, verificada em 1999 e seus desdobramentos são os aspectos que aparecem com mais ênfase nos relatórios analisados, pois, como pode ser observado, os Bancos em análise, obtiveram expressivos resultados com a desvalorização cambial, evidenciando a capacidade de antecipação ao cenário econômico.

4.2.2 Estratégia dos Bancos em 2000

4.2.2.1 Cenário Econômico

Em 2000, os relatórios destacam a retomada do crescimento econômico influenciado, principalmente, pela recuperação da atividade industrial, aumento das exportações e recomposição da oferta de crédito. Contribuiu para tal desempenho a Política Monetária Expansionista, com a queda na taxa de juros e redução dos recolhimentos compulsórios sobre os depósitos à vista, de 65% para 45%.

Verificou-se em 2000, “um contexto macroeconômico com fatores positivos, promovendo assim perspectivas favoráveis em relação à demanda por crédito, especialmente pela redução da taxa de juros básica, controle inflacionário e redução do compulsório.” (Relatório Bradesco, p.26).

É importante destacar que 2000 marcou uma inversão histórica, ou seja, a carteira de crédito do setor financeiro privado superou a do setor público. Em dezembro, o crédito concedido pelo sistema financeiro privado correspondia a 55,7% do total, frente a 44,3% em dezembro de 1999.

4.2.2.2 Bradesco

O Bradesco explica o aumento da receita com operações de crédito e com títulos e valores mobiliários, da seguinte forma:

“A Tesouraria da Organização estabeleceu uma política voltada para o aumento das operações de crédito e aplicações em títulos com o prazo e indexadores adequados ao momento, tendo em vista o cenário das taxas de juros e aumento das atividades econômicas. Considerando a melhora do cenário macroeconômico, que acarretou maior disposição da população para consumo, o aumento das operações (crescimento da base de clientes e aquisições); a expertise na concessão de crédito, o controle de risco, e a redução do compulsório, houve a ampliação da

margem financeira ajustada mesmo com a queda das taxas de juros nas aplicações.” (Relatório Bradesco, p. 12)

4.2.2.3 Itaú

O Itaú destaca a ampliação do saldo da carteira de empréstimos por meio de novas aquisições e combinadas com o bom desempenho da economia brasileira, queda na taxa de juros e redução nos depósitos compulsórios:

“A queda na taxa básica de juros, juntamente com a diminuição da alíquota dos compulsórios sobre os depósitos à vista de 65% para 45%, estimulou a atividade de intermediação financeira, reduzindo o grau de esterilização dos recursos captados e ampliando a demanda por crédito. Além disso assistimos a continuidade do processo de fusões e aquisições de grupos financeiros nacionais e estrangeiros, evento que nos últimos anos vem caracterizando a atividade bancária em todo mundo. O Banco Itaú participou ativamente desses processos, ampliando o saldo de sua carteira de crédito em 25,4% no ano.”(Relatório Itaú, p. 27)

4.2.2.4 Unibanco

Segundo o Informe Anual do Unibanco, o crescimento do crédito, embora elevado, acabou sendo inferior ao previsto, devido aos temores com relação à situação da Argentina e ao desaquecimento da economia americana.

4.2.2.5 HSBC

Segundo seu Relatório, o HSBC dedicou-se a aprofundar o relacionamento com os clientes existentes, o que possibilitou significativos crescimentos nos

volumes de operações de crédito, respectivamente de 85% nos produtos voltados a pessoa física, 80% nos produtos de pessoa jurídica e 89% em cartões de crédito.

4.2.2.6 Sudameris

Sudameris também reforça o aumento de crédito:

“A retomada do crescimento em 2000 teve o seu impulso na indústria, influenciada pela evolução das exportações e expansão da demanda de bens duráveis, devido a recomposição da oferta de crédito.”(p.6)

4.2.2.7 Conclusão

Conclui-se que com a melhora no cenário econômico; redução da taxa de juros, aumento da atividade econômica, redução do compulsório e controle inflacionário, os Bancos adotaram uma postura agressiva, com aumento das operações de crédito, porém, dotada dos devidos cuidados com a gestão de riscos.

Apesar de não mencionado nos itens acima, os Bancos destacaram, em seus relatórios em 2000, o aumento da Provisão para Operações de Crédito. Fato que deve-se à introdução da Resolução 2682/99, que determina aos bancos a constituição de provisões para operações de crédito, baseada em classificação de risco de crédito, conforme abordado no capítulo 2.

Com a nova regulamentação os bancos passaram a aprovisionar recursos com vistas ao risco embutido em suas carteiras de crédito independente da ocorrência de atrasos por parte dos tomadores de crédito.

4.2.3 Estratégia dos Bancos em 2001

4.2.3.1 Cenário Econômico

O desempenho da economia em 2001, ficou comprometido pelo aprofundamento da crise argentina e com o desaquecimento da economia norte-americana. Esses eventos recolocaram a taxa de juros em alta, o que, juntamente com a crise energia que se instaurou no País, contribuiu para o crescimento do PIB ficasse em 1,4%.

4.2.3.2 Bradesco

O Bradesco declara em seu Relatório:

“Em que pese o superdimensionamento de seus efeitos sobre a atividade econômica, tal contexto não impediu o crescimento da carteira de crédito do Bradesco, que evoluiu no exercício 14,3% em termos consolidados. A expansão no período somente não foi mais expressiva, em função da menor evolução dos empréstimos efetuados com recursos direcionados, principalmente habitação e rural. Além disso, preservados uma vez mais os índices de qualidade da carteira, consequência da melhoria dos processos de concessão e gestão dos riscos de crédito, os níveis de provisionamento e inadimplência ao final do ano permaneceram estabilizados, sinalizando que a estratégia de expansão dos ativos vem sendo feita de forma segura e consistente.”

4.2.3.3 Itaú

Durante o exercício de 2001, o Banco Itaú alcançou o maior resultado de sua história, atingindo Lucro Líquido consolidado de R\$ 2.389 milhões, o que corresponde a um aumento de 29,8% em relação ao resultado de 2000.

O resultado do Itaú, conforme constante em seu Relatório, foi particularmente influenciado por um expressivo aumento da margem financeira, a qual atingiu R\$ 6.707 milhões em 2001, o que equivale a um crescimento de 26,3% em relação aos R\$ 5.311 milhões de 2000. Fundamentalmente, o incremento observado na margem financeira deve-se à expansão da carteira de crédito.

Em 31 de dezembro de 2001 o saldo total da carteira de crédito somou R\$ 29.615 milhões, correspondendo a um aumento de 25,1% em relação ao saldo anterior.

“O Banco vem mantendo a sua opção estratégica de ampliar a carteira de crédito por meio da aplicação de recursos em operações que permitam alcançar maiores margens financeiras (particularmente, ampliando as operações de cartões de crédito), mesmo que isso signifique a assunção de maiores riscos de crédito, uma vez que a adoção dessa estratégia tem gerado uma contribuição positiva para o resultado da instituição.” (p.21)

O resultado obtido com a carteira de títulos e valores mobiliários contribuiu também para o aumento da margem financeira.

“O primeiro semestre do ano foi caracterizado pela intensificação da atividade de crédito, proporcionada pelo ambiente econômico favorável. A situação inverteu-se no segundo semestre com a piora do cenário macroeconômico, levando o Banco a adotar uma postura mais restritiva na gestão de sua carteira, adaptando-se à nova realidade. As medidas incluíram maior rigor na sistemática de pré-aprovação para concessão de crédito às pessoas físicas e micro empresas, a maior seletividade na concessão de crédito para os clientes dos ramos de atividades mais afetados pela crise energética.”

4.2.3.4 Unibanco

“Em relação ao Unibanco, as mudanças do rumo da economia puderam ser sentidas no crescimento aquém do esperado para alguns produtos, fruto em muitos casos de maior cautela na execução dos

negócios, como no crédito. Estas correções de rota, entretanto, não impediram o banco de alcançar resultado recorde no período.” (p.2)

4.2.3.5 HSBC

O resultado do Banco, em 2001, foi afetado pelo crescimento das provisões de crédito, principalmente em decorrência do forte crescimento das operações com pessoas físicas no final de 2000. As receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil cresceram 29,3%, enquanto as provisões de crédito apresentaram incremento de 53,8% em relação a 2000, elevando sua representação em relação ao total das receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil para 18,9% em 2001 (15,9% em 2000). (p.1)

4.2.3.6 Sudameris

Sudameris destaca:

“A demanda de crédito apresentou crescimento moderado face ao cenário de desaquecimento da atividade econômica, maior cautela dos tomadores e postura mais seletiva das instituições financeiras. As melhoras nos níveis das carteiras de crédito e a postura do Banco Central (oferecendo hedge de curto prazo em vários leilões de papéis cambiais, além de medidas para área monetária, restringindo a liquidez do sistema) propiciaram importante mudança de perspectivas no mercado.” (p.18)

4.2.3.7 Conclusão

A análise do posicionamento dos Bancos no ano de 2001, é interessante.

Este fato, demonstra uma menor conversão às variações econômicas. A hipótese decorrente desta postura é a de que o exame do desempenho da atividade de crédito implica análise microeconômica, para completar a visão macroeconômica.

4.2.4. Estratégia dos Bancos em 2002

4.2.4.1 Cenário Econômico

Em 2002, o ambiente de negócios no Brasil foi marcado por uma intensa crise financeira e pelo baixo crescimento do Produto Interno Bruto. A partir do segundo trimestre, as expectativas em relação ao desempenho futuro da economia brasileira passaram a ser fortemente influenciadas pela evolução do processo político-eleitoral. Ampliou-se a volatilidade dos mercados e o Real desvalorizou-se rapidamente em relação ao dólar, obrigando a autoridade monetária a elevar a taxa básica de juros para fazer frente à deteriorização das expectativas. (Itaú p. 96/97)

4.2.4.2 Bradesco

O Bradesco enfatiza a sobre seleção na concessão de crédito:

“A evolução do crédito bancário em 2002 voltou a ser influenciada pelas incertezas que caracteriza o cenário político e econômico no decorrer do ano, resultando numa postura mais seletiva na concessão, o que, além da volatilidade cambial, impactou particularmente a evolução no último trimestre. A manutenção de uma Política Monetária austera, com substancial elevação das taxas de juros, contribuiu para o baixo nível da atividade da economia no período, refletido em grande parte na estagnação da produção industrial, fato que reduziu, conseqüentemente, a demanda de crédito como um todo.” (p.31)

4.2.4.3 Itaú

O Itaú relata sobre seu desempenho no exercício:

“A despeito da turbulência, tanto no mercado como nos mercados internacionais, o desempenho do Itaú, no exercício, foi mais uma vez consistente com os resultados obtidos nos últimos anos: sólido crescimento, lucro sustentado, controle de despesas , expansão das operações de crédito e ampliação da base de capital.”

A carteira de crédito, incluindo avais e fianças, cresceu 8,0% em relação a 2001, atingindo R\$ 37.020 milhões, evolução resultante principalmente do desempenho corporate, como mencionado no relatório:

“O Itaú adotou uma postura mais conservadora em sua política de crédito, baseada na seletividade das novas operações, direcionando-se preferencialmente para as operações de menor risco das áreas de médias e grandes empresas. Foram feitas reclassificações preventivas de clientes, destinando-se especial atenção àqueles com perfil de endividamento mais suscetível à variação cambial. Adotou-se também maior rigor na sistemática de concessão de créditos pré-aprovados para pessoas físicas, micro e pequenas empresas.” (p.131)

4.2.4.4 Unibanco

O Unibanco destaca que o ano foi atípico:

“O ano de 2002 pode ser considerado um dos mais difíceis e atípicos da história econômica de nosso País. O ano alternou momentos de otimismo e pessimismo e as apostas de uma recuperação econômica mais forte acabaram não se confirmando. No primeiro trimestre, o País apresentava bons fundamentos econômicos, juros em queda, inflação e câmbio sob controle. No segundo trimestre, na medida em que a crise argentina se agravava e a tensão pré-eleitoral brasileira

aumentava, o otimismo foi cedendo lugar à incerteza. No final do ano, o Banco Central voltou a elevar fortemente os juros .”

Devido a este cenário econômico, o Unibanco destaca que suas atividades foram pautadas pela cautela: “... levando-nos a redobrar a prudência na concessão de crédito.” (p.1)

4.2.4.5 Sudameris

O Sudameris destacou que priorizou a seletividade na concessão de crédito e realizou “operação qualitativa da carteira de crédito”, em razão da elevação do compulsório e taxa de juros, ambiente de incertezas e pouca demanda por crédito:

“Num ambiente de incertezas e de pouca demanda de crédito, o banco Sudameris manteve-se voltado para o seu crescimento operacional visando a maximização de resultados, com segurança. Demos prosseguimento ao processo de operação qualitativa de carteira de crédito (...).”

4.2.4.6 Conclusão

Diante do quadro de instabilidade econômica e incertezas de um ano pré-eleitoral, os Bancos declararam uma política conservadora e com maior rigor na concessão de crédito, destinando-a para operações de menor risco.

CONCLUSÃO

Os Bancos analisados adaptaram-se à brusca redução dos ganhos inflacionários, provocada pelo fim do regime de alta inflação no Plano Real, em 1994, e mantiveram lucratividade elevada nos anos seguintes.

Durante o período de alta inflação o sistema bancário brasileiro apresentou um desempenho positivo, alcançado pela exploração de ganhos inflacionários e de benefícios propiciados pelas políticas macroeconômicas do período. Neste contexto, os bancos trataram de consolidar os lucros acumulados e de buscar formas de protegê-los contra as incertezas do futuro, antecipando-se às mudanças trazidas pelo Plano Real.

A partir da introdução do Real e da queda abrupta dos índices de inflação, os ganhos inflacionários desapareceram e os bancos tiveram que se adaptar ao novo ambiente macroeconômico.

No primeiro momento do Real, os Bancos exploraram o contexto de forte crescimento econômico e de conseqüente aumento na demanda por crédito, para compensarem as perdas das receitas inflacionárias, adotando uma postura financeira mais ousada, com a expansão da concessão de crédito, assumindo ativos de maior risco em seu portfólio.

No segundo momento, a partir da crise bancária de 1995 e, posteriormente, com a crise externa de 1997/1998, os Bancos passaram a adotar uma postura mais defensiva, conservadora e adversa ao risco, via diminuição das operações de crédito e da elevação da participação de títulos públicos em sua carteira. Essa mudança, ocorreu ao lado do aumento da inadimplência, revelando a busca por maior segurança.

Este aumento de inadimplência foi enfrentado pelos Bancos, por meio do maior provisionamento para créditos de liquidação duvidosa, que passou de 978, em 1994, para 4.678, em 1995, como demonstraram os dados.

A busca por flexibilidade como estratégia de sobrevivência, no período de 1990 a 1998, foi bem-sucedida. Ao invés de sofrerem perdas com a instabilidade real e esperada dos juros, câmbio e do PIB, ampliada a partir da crise asiática e russa, os bancos, conseguiram, em seu conjunto, se posicionar de modo defensivo, e até mesmo, em condições de extrair vantagem do ambiente de instabilidade macroeconômica, como a evolução dos índices de rentabilidade demonstraram.

O sucesso dessa estratégia estende-se até o ano de 1999, quando os Bancos obtiveram lucros com a mudança do regime cambial e com a elevação dos juros.

O cenário econômico de 2000 foi caracterizado pela redução da taxa de juros, aumento da atividade econômica, redução do compulsório e controle inflacionário. Face a este ambiente, os Bancos adotaram uma postura agressiva, com aumento das operações de crédito.

Pode-se concluir que no período compreendido entre 1990 e 2000, ocorreu uma conversão do ajuste patrimonial bancário às variações macroeconômicas.

O período 2001/2002 foi caracterizado pelo comprometimento da economia com o aprofundamento da crise argentina, o desaquecimento da economia norte-americana, as incertezas de ano pré-eleitoral, a crise energética que se instaurou no País e a conseqüente alta da taxa de juros. Apesar deste cenário desfavorável, os Bancos mantiveram estável a concessão de crédito.

A análise individual dos Relatórios de Demonstração Financeira, permitiu observar que a reação dos bancos, no que se refere ao crédito, neste período,

dependeu muito da qualidade na concessão do mesmo e na gestão de risco, expressando uma menor conversão às variações macroeconômicas.

A conclusão é que o sistema bancário brasileiro tem revelado grande capacidade de adaptação às mudanças no contexto macroeconômico do País, sabendo extrair vantagens tanto em períodos de crescimento quanto de crise.

BIBLIOGRAFIA

1. ANDIMA. **Sistema Financeiro: Uma Análise a partir das Contas Nacionais. 1990-1995.**
2. ANJOS, A.; Maria e Farah, Jr.; Moises. **Economia Empresarial - Economia Brasileira. Coleção Gestão Empresarial, FAE e Gazeta do Povo. Curitiba 2002, cap 4.**
3. BANCO Central do Brasil. **O Banco Central e os dois anos do Real. Brasília, p. 67, 1996.**
4. BANCO Central do Brasil. **Boletim Mensal e Relatório Anual, diversos números. BCB. Suplemento Estatístico. Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília, vol 31, n 3.**
5. BRADESCO. **Balanco Patrimonial. Disponível: www.bradesco.com.br**
6. BRASIL, Presidência (F.H. Cardoso) **5 anos do Real, Estabilidade e Desenvolvimento. Brasília: Presidência da República, 1999.**
7. CAMPOS, Roberto. **A submissão dos emergentes. Folha de São Paulo, 30 de agosto, 1998.**
8. CARCANHOLO, D,; Marcelo. **Desregulamentação e Abertura Financeiras: Repercussões Sobre a Autonomia de Política Econômica e as Crises Cambiais. Disponível: www.economia.ufpr.br/portal/desenvolvimento_economico/textos_desenvolviment...>**
9. CARVALHO, E.; Carlos e Oliveira, C.; Giuliano. **Fragilização de Grandes Bancos no Início do Plano Real. São Paulo, PUCSP, Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Textos para Discussão13/01, 2001, 14p.**

10. CARVALHO, E.; Carlos. **As Dimensões do Sistema Bancário no Brasil**. São Paulo, Fundação SEADE, v. 6, n. 3, jul/set, p 85-93.
11. CARVALHO, com base em dados do Balanço Anual, **Gazeta Mercantil** : São Paulo, 1995
12. COSTA, N.; Fernando. **Economia Monetária e Financeira**. São Paulo, 1999, cap 11.
13. DEZORTI, Lucas e Cleto, Carlos. **Economia Empresarial - Políticas Econômicas**. Coleção Gestão Empresarial, FAE e Gazeta do Povo. Curitiba 2002, cap 2.
14. DIEESE. **Desempenho dos Bancos Privados 1994**. Rio de Janeiro, 1995.
15. DOEBELI, G.; Siqueira. **A funcionalidade dos bancos públicos**. Disponível em: <<http://www.economia.ufpr.br/departamento/monografias/monfabianoa.htm>>
16. DOELLINGER, Carlos V. **Reordenação do Sistema Financeiro**. Brasília, 1992 IPEA/INPES, p. 275-303.
17. DORNBUSCH, R.; Fischer. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo
18. FRANCO, Gustavo H. B. **O Plano Real e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Grancisco Alves, 1995.
19. GARCIA, G. P.; Marcio. **Política Monetária, Depósitos Compulsórios e Inflação**. Depto. de Economia da PUC - Rio de Janeiro.
20. IBGE (1997). **Sistema Financeiro**
21. ITAÚ. **Balanço Patrimonial**. Disponível: www.itaubr.com.br
22. PUGA, F. P. **Sistema Financeiro Brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. Textos para discussão, n. 68. Rio de Janeiro: BNDES, março de 1999.

23. REED, E.; GILL, E. **Bancos comerciais e múltiplos**. São Paulo: Makron Books, 1994.
24. **Revista Bancária Brasileira**, diversas edições.

ANEXO

Anexo I Relatórios Anuais dos Bancos

Bradesco

Relatório de Administração 1997

Entre os mais importantes acontecimentos do ano, para a Organização Bradesco, figura a aquisição, pelo Banco, do controle acionário do BCN - Banco de Crédito Nacional S.A. e Credireal - Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A.

Essas negociações, num contexto de estabilização e abertura de mercado, atendem aos propósitos de adaptação do sistema bancário às novas realidades da economia e fortalecem o Bradesco, que consolida ainda mais o seu posicionamento e liderança no mercado. Além de ampliar escalas de competitividade, o Banco ganha ainda maior presença em importantes praças do País. (Internet sem pag.)

Operações de Crédito

Com atuante presença nos diversos segmentos econômicos, o Bradesco deu novos passos na sua política de fortalecimento do crédito, de modo a atender às novas demandas do mercado e aos imperativos da expansão da produção de bens, serviços e consumo. Destacaram-se operações destinadas às linhas de crédito direto ao consumidor.

Relatório de Administração 1998

Numa perspectiva mais ampla, destacou-se a reeleição presidencial, ainda no primeiro turno, para um segundo mandato, o que assegura o prosseguimento da estratégia de competitiva inserção brasileira na economia mundial. E alicerça o conjunto de medidas que orientam o novo direcionamento dos instrumentos de política cambial e financeira. No âmbito do sistema bancário, o esforço bem-sucedido de reestruturação concorreu para consolidar sua eficiência e segurança. (p 1)

Operações de Crédito

Posicionando-se diante das demandas do mercado, o Bradesco tem procurado oferecer, por meio de sua política de estímulo ao crédito, apoio às atividades produtivas, incentivando o crescimento da economia. Deve-se assinalar que as situações de inadimplência, efeito colateral dos necessários ajustes do plano de estabilização econômica do País, têm sido conduzidas com instrumentos flexíveis de renegociação, permitindo aos tomadores prazos e condições favoráveis ao resgate de suas obrigações.(p. 3)

Relatório de Administração 1999

O ambiente econômico brasileiro em 1999 foi caracterizado principalmente pela flexibilização do regime cambial e, numa fase posterior, pela redução da taxa básica de juros. O objetivo prioritário da ação governamental foi a continuidade do processo de estabilização, como requisito indispensável para tornar o País menos vulnerável às oscilações dos mercados internacionais e prepará-lo também para a retomada do desenvolvimento.

Operações de Crédito

Em resposta às demandas do mercado, o Bradesco ampliou e diversificou a oferta de crédito, direcionando-o, com prioridade, para atividades de produção e financiamento ao consumidor. Para este último segmento, foram realizados 3.455.849 contratos, com valor médio de R\$ 736.00.

Relatório de Administração 2000

“A queda das taxas de juros do mercado (a taxa do CDI acumulado passou de 25.1 % em 1999, para 17.3 % em 2000 e a variação da taxa do dólar reduziu-se de 48 % para 9,3 %) acarretou expressiva redução nas receitas das aplicações de empréstimos e títulos públicos.”

O crescimento de R\$ 4.9 bilhões nos saldos médios dos créditos (operações de crédito, arrendamento mercantil e ACC) no ano 2000, fez com que a participação dos créditos em relação aos ativos aumentasse em 6.3 % (de 34,2 % dez/99, para 40,5 % em dez/00), significando acréscimo do ativo com melhor remuneração.”

“A Tesouraria da Organização estabeleceu uma política voltada para o aumento das operações de crédito e aplicações em títulos com o prazo e indexadores adequados ao momento, tendo em vista o cenário das taxas de juros e aumento das atividades econômicas. Considerando a melhora do cenário econômico, que acarretou maior disposição da população para consumo, o aumento das operações (crescimento da base de clientes e aquisições); a expertise na concessão de crédito, o controle de risco, e a redução do compulsório, houve a ampliação da margem financeira ajustada mesmo com queda das taxas de juros nas aplicações.”

“Verificou-se no ano de 2000, um contexto macroeconômico com fatores positivos, promovendo assim perspectivas favoráveis em relação à demanda por crédito, especialmente pela redução da taxa de juros básica, controle inflacionário e redução do compulsório. (p.26)

Relatório de Administração 2001

“A evolução do crédito bancário em 2001 mostrou-se influenciada por diversos eventos que impactaram a economia brasileira no período: comportamento cambial, taxa básica de juros, crise energética, problemas pós-ataques, desaquecimento da economia americana e agravamento da crise argentina.

Em que pese o superdimensionamento de seus efeitos sobre a atividade econômica, tal contexto não impediu o crescimento da carteira de crédito do Bradesco, que evoluiu no exercício 14,3 % em termos consolidados. A expansão no período somente não foi mais expressiva, em função da menor evolução dos empréstimos efetuados com recursos direcionados, principalmente habitação e rural.

Além disso, preservados uma vez mais os índices de qualidade da carteira, conseqüência da melhoria dos processos de concessão e gestão dos riscos de crédito, os níveis de provisionamento e inadimplência ao final do ano permaneceram estabilizados, sinalizando que a estratégia de expansão dos ativos vem sendo feita de forma segura e consistente.

Para 2002, considerando o comportamento positivo previsto para a economia brasileira, a expectativa é que o crédito bancário mantenha trajetória ascendente. A expansão deverá ser mais significativa no 2º semestre, acompanhando a esperada recuperação do setor industrial e a melhoria do cenário externo, devendo refletir-se, sobretudo sobre o segmento da pessoa jurídica (p. 23)

Relatório de Administração 2002

“A evolução do crédito bancário em 2002 voltou a ser influenciada pelas incertezas que caracterizaram o cenário político e econômico no decorrer do ano, resultando numa postura mais seletiva na concessão, o que, além da volatilidade cambial, impactou particularmente a evolução no último trimestre. A manutenção de uma Política Monetária austera, com substancial elevação das taxas de juros, contribuiu para o baixo nível da atividade da economia no período, refletido em grande parte na estagnação da produção industrial, fato que reduziu, conseqüentemente, a demanda de crédito como um todo.

No caso específico das pessoas físicas, considerando a retração da renda e cautela no compartimento de recursos futuros, o desempenho neste segmento manteve-se influenciado pela tendência de liquidação das dívidas, inclusive com a utilização de recursos obtidos das liberações do FGTS. (pag. 31)

Itau

Relatório de Administração 1997

Resultados

O lucro líquido consolidado do Banco no exercício foi recorde, tendo atingido R\$ 721 milhões, o que corresponde à rentabilidade anual de 17,2% sobre o patrimônio líquido.

Política de Crédito

Em novembro, como conseqüência da forte elevação de juros ocorrida, foi implantado um conjunto de medidas que tornaram a concessão de crédito mais seletiva. Dentre elas destacam-se a revisão das alçadas de diferimento de crédito em agências, elevação do ponto de aprovação nos modelos de credit-score, restrição no uso de produtos de crédito sem direcionamento, revisão de limites de clientes em função de seus setores de atuação e maior seletividade na aprovação de crédito em geral.

Com a implantação dessas medidas e dos novos procedimentos de gerenciamento de crédito, a administração do Itaú acredita que a qualidade dos ativos será significativamente melhor administrada, mesmo considerando-se o cenário adverso que se anuncia em 1998, por força da política monetária restritiva.

Relatório da Administração 1998

O crescimento da margem financeira concentrou-se nas receitas de títulos e valores mobiliários, cuja carteira líquida de captações interfinanceiras e mercado aberto cresceu 38,2% atingindo R\$ 17.320 milhões. A carteira de empréstimos, mesmo não tendo crescido, apresentou aumento de margem em função da melhoria do *mix*. As provisões de devedores duvidosos e títulos foram efetuadas em montante que possibilitasse a ampliação das provisões gerais para R\$ 727 milhões (R\$ 551 milhões em 1997). (p.4)

Esta melhoria na classificação do *portifólio* deu-se mesmo considerando o aumento no rigor da classificação de subsidiárias de grandes empresas, objeto de revisão específica de classificação, e o rebaixamento de diversas empresas, em função da piora do quadro macroeconômico. (p.8)

Demonstrações Financeiras 1999

Ambiente Econômico

O ano de 1999 foi marcado pela mudança na política cambial, com a adoção, em janeiro, do sistema de livre flutuação. Esta mudança trouxe, num primeiro momento, grandes incertezas quanto ao seu sucesso, o que ocasionou altíssima volatilidade nos mercados financeiros. Ao longo do ano, entretanto, à medida que as perspectivas econômicas foram se tornando favoráveis, os mercados foram se recuperando e ao final do ano apresentavam-se confiantes de forma geral. Os juros caíram de 45% em março para 19% em dezembro e a Bolsa subiu 151,9% no ano. O superávit fiscal primário de 3,1% do PIB foi o principal fator de estabilização de preços desta nova fase do Plano Real. Ao final do ano, após a desvalorização do Real em 48%, a inflação (IPCA) acumulada era de 8,9%. A manutenção da política fiscal deve possibilitar a queda dos juros para seu menor nível, nominal e real, dos últimos anos, o que deve ser fator impulsionador do crédito bancário, e como consequência, de toda a economia. As contas externas mantiveram-se sob controle principalmente em função do elevado - US\$ 28 bilhões - nível de investimentos diretos, reduzindo a pressão sobre o câmbio.

Resultados marcantes

Neste difícil ambiente macroeconômico, o Itaú obteve resultado recorde no exercício. O lucro líquido consolidado alcançou R\$ 1.869. O índice de solvabilidade manteve-se em nível confortável, situando-se em 21,0%. Itaú atingiu R\$ 17.834 milhões (US\$ 9.969 milhões), a maior dentre todos os bancos latino-americanos. Esta capitalização de mercado indica a alta confiança de investidores na performance futura e na solidez do banco e é também um importante indicador da capacidade do banco de efetuar novas aquisições.

POLÍTICA DE RISCOS

Foi determinante para a formação do resultado de 1999 o adequado posicionamento do Itaú frente aos riscos de crédito e de mercado nos últimos 2 anos. Após a crise asiática, em 1997, o Itaú adotou política mais seletiva na concessão de crédito, combinada com o desenvolvimento de modelos credit e behavior scoring, classificação de riscos e controles on-line de alçadas e restrições. Ao término de 1999 verificamos a evolução da qualidade do risco do crédito classificado, que atingiu 64,7% nas classificações boa, muito boa ou excelente. Também o índice de atraso situava-se no nível mais baixo

dos últimos 5 anos. O Itaú manteve, pelo 10º ano consecutivo, a política de provisionar em 100% os créditos com mais de 60 dias de atraso. No balanço patrimonial, o excesso de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos em liquidação e em atraso, situavam-se em R\$ 1.018 milhões. Na demonstração do resultado, a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de recuperação de crédito, impactou o resultado do ano em R\$ 538 milhões com redução de R\$ 176 milhões, quando comparada ao exercício de 1998. A qualidade atual do processo de concessão de crédito combinada com o cenário macroeconômico mais estável previsto para o próximo ano, possibilitará a expansão das carteiras de crédito mantendo-se o padrão de liquidez. A evolução obtida nas técnicas de controle de riscos de mercado (juros, câmbio, ações) possibilitou ao Itaú auferir significativos resultados nestes três mercados em 1999, com baixo nível de risco assumido. A menor volatilidade dos mercados no ano de 2000 deve, entretanto, reduzir as oportunidades para a tesouraria. Ao longo do ano, o banco implementou nova e detalhada sistemática de controles internos e compliance. Esses controles visam limitar e reduzir os riscos operacionais em toda a estrutura. (p. 4)

Pequenas e médias empresas

Após o período de incertezas, criado com a crise asiática, o Itaú retomou com prioridade o crescimento da oferta de crédito para as micro, pequenas e médias empresas. Esta postura, somada à recuperação do ritmo de atividade econômica, fez com que o saldo das operações de crédito comercial e giro para este segmento crescesse 48% no segundo semestre, atingindo R\$ 110,8 milhões. Espera-se a continuidade do crescimento destas carteiras, de forma pulverizada entre as 200 mil empresas clientes atuais, porém provavelmente em ritmo menor, no ano 2000. (p. 5)

As expectativas favoráveis em relação ao desempenho econômico do Brasil no ano 2000 deverão se traduzir em uma menor volatilidade dos mercados de câmbio, juros e ações. Dessa maneira, as oportunidades de ganhos de tesouraria deverão ser reduzidas, ampliando por outro lado as oportunidades decorrentes do incremento das operações de crédito. Valendo-se da tecnologia desenvolvida para subsidiar os processos de concessão de empréstimos e financiamentos, o Banco buscará ampliar sua carteira de crédito nos diversos segmentos em que atua durante o ano 2000. (p. 62)

Análise gerencial da Operação 2000

As operações do Banco Itaú foram influenciadas positivamente pelo bom desempenho da economia brasileira. A queda na taxa básica de juros, juntamente com a diminuição da alíquota dos compulsórios sobre depósitos à vista de 65% para 45%, estimulou a atividade de intermediação financeira, reduzindo o grau de esterilização dos recursos captados e ampliando a demanda por crédito. Além disso assistimos a continuidade do processo de fusões e aquisições de grupos financeiros nacionais e estrangeiros, evento que nos últimos anos vem caracterizando a atividade bancária em todo mundo. O Banco Itaú participou ativamente desses processos, ampliando o saldo de sua carteira de crédito em 25,4% no ano. (p. 27)

Relatório de Administração 2000

Nos últimos exercícios, mesmo diante de cenários macroeconômicos bastante diversos, o Banco Itaú tem mantido sua rentabilidade em níveis elevados, preservando a média de 27%, assim reafirmando sua adaptabilidade competitiva.

Apesar de termos chegado ao final do ciclo das grandes privatizações de bancos, ciclo do qual o Itaú emergiu como maior vencedor pelas sucessivas aquisições do Banerj, do BEMGE e do Banestado, permanecemos atentos a oportunidades de crescimento via aquisições de bancos visto que acreditamos na continuidade do processo de concentração no sistema financeiro brasileiro. (p. 6).

Operações de Crédito

A carteira de Grandes Empresas teve o maior crescimento nominal, atingindo R\$ 14.654 milhões, o que corresponde a uma variação de 17,4% no trimestre. Historicamente, as operações realizadas com empresas de elevada classificação de *rating* do segmento *Corporate* são as que apresentam os mais baixos índices de inadimplência.

Relatório de Administração 2001

Durante o exercício de 2001, o Banco Itaú alcançou o maior resultado de sua história, atingindo o Lucro Líquido consolidado de R\$ 2.389 milhões, o que corresponde a um aumento de 29,8% em relação ao resultado de 2000.

O resultado do Itaú foi particularmente influenciado por um expressivo aumento da margem financeira, a qual atingiu R\$ 6.707 milhões em 2001, o que equivale a um crescimento de 26,3% em relação aos R\$ 5.311 milhões de 2000. Fundamentalmente, o incremento observado na margem financeira deve-se à expansão da carteira de crédito, bem como ao direcionamento de recursos para um mix de produtos que possibilitam a obtenção de maiores margens. Em 31 de dezembro de 2001 o saldo total da carteira de crédito somou R\$ 29.615 milhões, correspondendo a um aumento de 25,1% em relação ao saldo do ano anterior. O resultado obtido com a carteira de títulos e valores mobiliários contribuiu também para o aumento da margem financeira. A aquisição do Banestado no quarto trimestre de 2000 elevou o saldo médio da carteira de títulos e valores mobiliários, contribuindo positivamente para o crescimento do resultado do exercício de 2001. O Itaú obteve também um ganho associado à variação cambial sobre os investimentos permanentes mantidos no exterior, os quais estão basicamente aplicados em títulos e valores mobiliários, contribuindo para o incremento da margem financeira.

Em função da interação dos fatores acima descritos, a Taxa da Margem Financeira em 2001 atingiu 12,3%, enquanto em 2000, essa taxa situou-se em 11,9%. A adoção de uma estratégia de crescimento da carteira de crédito, juntamente com a alteração do mix de produtos e a constituição de provisão para fazer frente ao risco argentino, produziu reflexos na conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, elevando as despesas para R\$ 1.445 milhões, um montante 87,6% maior que o incorrido no exercício anterior. (pag. 10)

As despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa cresceram 9,6%, somando R\$ 435 milhões no quarto trimestre de 2001. O Banco vem mantendo a sua opção estratégica de ampliar a carteira de crédito por meio da aplicação de recursos em operações que permitam alcançar maiores margens financeiras (particularmente, ampliando as operações de cartões de crédito), mesmo que isso signifique a assunção de maiores riscos de crédito, uma vez que a adoção dessa estratégia tem gerado uma contribuição positiva para o resultado da instituição. Nesse período tivemos ainda o impacto negativo das operações na Argentina, resultando no aumento de R\$ 35 milhões da provisão excedente.

Crescimento por meio de novas aquisições

O ano de 2001 foi marcado por inúmeras iniciativas estratégicas cujos reflexos positivos para o resultado do Banco poderão ser percebidos em sua plenitude nos próximos exercícios.

Particularmente, foram dados importantes passos no sentido da ampliação da presença do banco no mercado financeiro nacional e internacional. Mais uma vez, o Itaú pôde reafirmar sua estratégia de crescimento por meio da aquisição de outras instituições financeiras e pelo estabelecimento de alianças estratégicas. (p. 15)

O Resultado de Títulos e Valores Mobiliários foi marcado pela expressiva valorização do real frente ao dólar, o que acarretou pior desempenho da carteira de títulos cambiais detida pelo Banco Itaú em comparação com o trimestre anterior. Em contrapartida, o resultado de derivativos cambiais, constituídos para hedge destas operações, compensou, em parte, tal efeito.

O Resultado de Câmbio do quarto trimestre foi influenciado por uma maior volatilidade e queda da cotação do dólar, sendo que operações a termo entre euro e dólar reverteram parte dos ganhos obtidos no terceiro trimestre. (p. 20)

Foi preservada a atenção aos clientes com elevada dependência de recursos em moeda estrangeira, bem como foi feito um acompanhamento constante da carteira de crédito do Banco Itaú Buen Ayre e dos clientes com alta dependência de negócios com a Argentina, ampliando-se a provisão excedente em R\$ 35 milhões para fazer frente a esse risco.

A evolução do contexto econômico nacional e internacional continuou a exercer uma decisiva influência sobre a qualidade global da carteira de crédito e, em consequência, no saldo da provisão.

O Banco vem mantendo a sua opção estratégica de ampliar a carteira de crédito por meio da aplicação de recursos em operações que permitam alcançar maiores margens financeiras (particularmente, ampliando as operações de cartões de crédito), mesmo que isso signifique a assunção de maiores riscos de crédito, uma vez que a adoção dessa estratégia tem gerado uma contribuição positiva para o resultado da instituição. É importante destacar que o Banco Itaú não utiliza a prerrogativa aberta pelo artigo 5º da Resolução 2682 do Banco Central que permite a classificação das operações de clientes com risco de até R\$ 50 mil apenas em função dos níveis de atraso verificado, criando provisão genérica para toda e qualquer operação. Caso essa prerrogativa fosse adotada, as provisões específica/genérica seriam reduzidas em R\$ 141 milhões, com acréscimo de igual valor na provisão excedente. Isso reflete-se também em um confortável índice de cobertura de 173% sobre as operações de crédito vencidas há mais de 60 dias e que não geram receitas no regime de competência. (p. 21)

A margem financeira das operações não afetadas pela variação cambial cresceu 27,8% no quarto trimestre de 2001. Basicamente, o aumento de 5,3% no volume das operações de crédito em moeda nacional foi responsável pela elevação de 8,8% das Receitas de Operações de Crédito. É importante lembrar que o Banco vem direcionando recursos para produtos que possibilitam obter spreads maiores, resultando em importantes contribuições para a margem financeira. (p.38)

Operações de Crédito

A carteira de crédito do Banco Itaú cresceu 25,8% durante o ano de 2001. O primeiro semestre do ano foi caracterizado pela intensificação da atividade de crédito, proporcionada pelo ambiente econômico favorável. A situação inverteu-se no segundo semestre com a piora do cenário macroeconômico, levando o Banco Itaú a adotar uma postura mais restritiva na gestão de sua carteira. Em relação às operações do Banco Itaú Buen Ayre (IBA), durante o ano de 2001 foram realizadas inúmeras reavaliações e downgrades das classificações das empresas, evidenciado pela redução de 18,0% da carteira, atingindo o saldo de US\$ 316 milhões em dezembro de 2001 frente ao saldo de US\$ 386 milhões do ano anterior. (p. 52)

Com a crise energética, a instabilidade macroeconômica e os seus reflexos em determinados setores de atividade econômica, o Banco Itaú procurou monitorar a sua política de crédito, tendo como base a avaliação dos impactos sobre os diferentes ramos de atividade da economia. Foram realizadas revisões nas classificações de clientes, especialmente naqueles pertencentes aos ramos de Energia e Telecomunicações e adotados critérios de concessão de crédito mais rigorosos para as carteiras dos setores que sofreram maiores impactos. (p. 53)

Considerando a conjuntura econômica mais adversa que se apresentou em 2001, a administração do Banco reviu os critérios de concessão de crédito, adaptando-os à nova

realidade. As medidas incluíram maior rigor na sistemática de pré-aprovação para concessão de crédito às pessoas físicas e micro e pequenas empresas, a maior seletividade na concessão de crédito para os clientes dos ramos de atividades mais afetados pela crise energética e também para aqueles com grande dependência de importações, a revisão da situação de crédito dos clientes com elevada dependência de recursos oriundos de instituições financeiras, principalmente em moeda estrangeira, a revisão da carteira de crédito do Banco Itaú Buen Ayre e a adoção de uma política mais restritiva, inclusive com a revisão das classificações de crédito dos clientes. (p. 90)

Relatório de Administração 2002

A despeito da turbulência, tanto no mercado interno como nos mercados internacionais, o desempenho do Itaú, no exercício, foi mais uma vez consistente com os resultados obtidos nos últimos anos: sólido crescimento, lucro sustentado, diversificação de receitas, controle de despesas, capacidade de obtenção de recursos e linhas de crédito, expansão das operações de crédito e ampliação da base de capital.

A carteira de crédito, incluindo avais e fianças, cresceu 8,0% em relação a 2001, atingindo R\$ 37.020 milhões, evolução resultante principalmente do desempenho do segmento corporate, em grande parte devido aos efeitos da variação cambial ocorrida no ano, cujos efeitos vão se prolongar ao longo do tempo. A consolidação das operações do BBA teve também forte impacto (24,5%, ou R\$ 8.394 milhões) na expansão da carteira de empréstimos a grandes empresas e financiamentos de veículos, elevando a carteira de crédito para R\$ 45.414 milhões.

O saldo das operações de crédito, incluindo avais e fianças, alcançou R\$ 45.414 milhões, o que corresponde a um aumento de 32,5% no ano. Desconsiderando o BBA, o saldo das operações de crédito cresceu 8,0% no mesmo período, em função de uma política de crédito restritiva adotada a partir do segundo trimestre de 2002.

Houve melhora nos índices de inadimplência do Banco, com redução de 5,0% para 4,6% (4,2% no Itaú + BBA) na participação dos valores vencidos sobre o total, conseqüência da maior seletividade adotada no início do ano.

No exercício, em função da conjuntura, foram lançados R\$ 2.566 milhões em despesas na rubrica "provisões para devedores duvidosos". Com esse elevado volume de provisões efetuadas no exercício, a carteira de crédito encontra-se confortavelmente protegida na avaliação dos administradores. Além das provisões mínimas exigidas pela Resolução 2682 do Banco Central do Brasil, equivalentes a R\$ 2.332 milhões, o Itaú manteve a provisão excedente em R\$ 841 milhões, para absorver eventuais perdas associadas à volatilidade das conjunturas econômica nacional e internacional, valendo-se de suas bases históricas. (p. 8/9)

Análise Gerencial da Operação 2002

Em 2002, o ambiente de negócios no Brasil foi marcado por uma intensa crise financeira e pelo baixo crescimento do produto interno bruto. A partir do segundo trimestre, as expectativas em relação ao desempenho futuro da economia brasileira passaram a ser fortemente influenciadas pela evolução do processo político-eleitoral. Ampliou-se a volatilidade dos mercados e o Real desvalorizou-se rapidamente em relação ao dólar, obrigando a autoridade monetária a elevar a taxa básica de juros para fazer frente à deterioração das expectativas. No entanto, este cenário adverso não obstou a estratégia

estabelecida há muitos anos pelo Itaú de crescimento por meio da aquisição de outras instituições financeiras, valendo-se das oportunidades surgidas no processo de reestruturação do sistema financeiro brasileiro. Assim, no último trimestre de 2002 o Itaú realizou duas operações que ampliarão de maneira (p. 96-97)

Com o intuito de reduzir a liquidez das Instituições Financeiras, o Banco Central do Brasil editou em 11 de Outubro de 2002 a Circular 3.157, a qual elevou em cinco pontos percentuais as alíquotas referentes a exigibilidade adicional sobre todos os depósitos. Entretanto, como fruto de sua tradicional política de gestão do caixa, o Itaú manteve níveis bastante elevados de liquidez no Brasil e no exterior, resultando em um aumento de 35,7% no saldo da carteira de Disponibilidades e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em relação ao trimestre anterior. As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez contribuíram significativamente para este acréscimo, uma vez que o saldo desta carteira aumentou 25,6% , alcançando R\$ 14,2 bilhões.(p 128)

Operações de Crédito

A volatilidade cambial e a elevação da taxa de juros afetaram negativamente o crédito. O Itaú adotou uma postura mais conservadora em sua política de crédito, baseada na seletividade das novas operações, direcionando-se preferencialmente para as operações de menor risco das áreas de médias empresas e grandes empresas. Foram feitas reclassificações preventivas de clientes, destinando-se especial atenção àqueles com perfil de endividamento mais suscetível à variação cambial. Adotou-se também maior rigor na sistemática de concessão de créditos pré-aprovados para pessoas físicas, micro e pequenas empresas.

A aquisição do Banco BBA- Creditanstalt causou um impacto positivo na carteira de crédito consolidada, conforme veremos adiante. O saldo total da carteira apresentou crescimento de 32,5% em relação a dezembro de 2001. Em dezembro de 2002, 31,1% do total da carteira estava exposto à variação de moedas estrangeiras, sendo que dessa parcela aproximadamente 76,2% constituía-se por produtos de comércio exterior ou alguma forma de hedge. No final do exercício de 2002, cerca de 88,7% do portfólio de crédito estava classificado entre as categorias de risco "AA" e "C", correspondendo a uma pequena variação ante a taxa 88,8%, relativa a dezembro de 2001. Essa pequena mudança no perfil da carteira decorre, fundamentalmente, da revisão da classificação de clientes da área de grandes empresas, sobretudo aqueles com perfil de endividamento suscetível à variação cambial. (p. 131)

Unibanco

Informe Anual 1997

“Agimos com prudência em relação ao crescimento de nossa carteira de crédito – que intencionalmente, mantivemos estável. Os episódios de outubro mostrariam que estávamos certos. Levaremos essa prudência para 1998, que está refletida nos próprios níveis de provisionamento do banco. Encerramos o ano com um saldo de R\$ 803 milhões em provisões para créditos em liquidação duvidosa, os quais representam 1,8 % das operações de crédito, leasing e adiantamentos de contratos de câmbio.” (p. 10)

“É também com indistigável orgulho que registramos, em maio, o lançamento das Units, num episódio que inscreveu 1997 no histórico do mercado financeiro do país como o ano em que, pela primeira vez, um banco brasileiro passou a ter ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque.”

“Conseguimos tudo isso num ano de revoluções no setor bancário. Ao longo dos 12 meses de 1997, o Itaú assumiu o Banerj e, entre outras associações e fusões, o BCN incorporou o Itamarati e o Credireal. Foi um ano de mudanças tão intensas que, logo depois, o mesmo BCN seria absorvido pelo Bradesco. Também em 1997, o HSBC absorveu o Bamerindus, o Santander adquiriu o Noroeste, e o Interatlântico ficou com o Boavista.” (p. 11)

Relatório Anual 1998

“O processo de recuperação da economia brasileira após a crise asiática de 1997 foi abortado por nova e aguda crise que se abateu sobre os mercados financeiros mundiais em decorrência da moratória russa. Num curto período de tempo, tivemos nossa trajetória de estabilização interrompida por fatores fora de nosso controle. A mais nefasta consequência foi a imediata e violenta interrupção do fluxo de capitais para os países emergentes e o reflexo de parte considerável dos capitais de curto prazo, essenciais para o equilíbrio de seus balanços de pagamentos e estabilidade de suas moedas.” (p. 19)

“A forte turbulência que abalou o mundo financeiro e o Brasil no fim de 1998 vai deixar, sem dúvidas, suas marcas nos primeiros meses de 1999. Espera-se, contudo, que após um curto período de desempenho negativo, o Brasil possa retomar a rota do crescimento positivo já em meados de 1999, com a economia impulsionada pela estabilização dos mercados financeiros mundiais, pela retomada do fluxo de capitais e sustentada por reformas estruturais consistentes.” (p.20)

Relatório da Administração 1999

“Chegamos ao final de 1999, um ano marcado por alta turbulência financeira e estagnação econômica, com um lucro líquido de R\$ 591 milhões, resultado 30,1% superior ao de 1998, com um retorno médio sobre o patrimônio líquido de 18,5% - o maior registrado pelo Unibanco em toda década. Conseguimos distribuir aos nossos acionistas dividendos totais de R\$ 228,7 milhões, que correspondem a R\$ 4,13 por lote de mil Units, também recorde. Parte dos resultados reflete o impacto da desvalorização cambial de janeiro, evento que gerou ganhos extraordinários decorrentes dos investimentos em agências e subsidiárias no exterior e de um correto posicionamento da tesouraria do Unibanco. Mais importante quando se pensa no futuro, porém, os resultados refletem um processo de ajuste capaz de alavancar o crescimento de agora em diante.” (p. 7)

“Em termos de capitalização, estamos em linha com nossos principais concorrentes e muito acima do nível mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil. Entre as oportunidades para as quais nos preparamos estão as privatizações programadas para 2000, como as do Banespa e do Banestado.” (p. 8)

“Importante fatores macroeconômicos influíram diretamente no comportamento do setor financeiro em 1999. Em 15 de janeiro, o Banco Central deixou o Real flutuar livremente, depois de ter, sem sucesso, ampliado a banda cambial para tentar estancar a perda de reservas - um processo contínuo iniciado com o *default* da dívida russa, em agosto de 1998. Em meio a incerteza quanto à taxa de câmbio e ao repasse dela aos preços, o real desvalorizou-se 42,5% no primeiro trimestre. As perspectivas em relação ao crescimento da economia eram sombrias - o próprio governo estimava uma queda de 3,5% a 4% do PIB em 1999 - e, com elas, aumentava o temor do aumento do desemprego. As ameaças, porém, não se

confirmavam. A economia teve rápida recuperação e o país encerrou o ano com inflação sob controle e cumprindo as metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).” (p. 40)

“A alta do dólar em janeiro teve reflexos imediatos nos resultados do Unibanco. Graças ao investimento de US\$ 632 milhões em agências e subsidiárias no exterior e de uma gestão conservadora de tesouraria, o banco registrou ganhos extraordinários no primeiro trimestre do ano. Naquele momento, o Unibanco reforçou o nível de provisões, diante da possibilidade de aumento da inadimplência, fruto das expectativas negativas quanto ao cenário econômico e da maior volatilidade dos mercados. O impacto positivo líquido no lucro foi de R\$ 82 milhões.” (p. 41)

“Com o alto juro nominal e a volatilidade do primeiro trimestre, surgiram oportunidades de arbitragem nas operações lastreadas em títulos públicos. O volume de captações do Unibanco no mercado aberto elevou-se de R\$ 2790 milhões em dezembro de 1998 para R\$ 4210 milhões em dezembro de 1999.” (p. 41)

“Em resumo, 1999 terminou melhor do que o mais otimista dos analistas poderia supor. O PIB brasileiro teve até um crescimento e não a queda de 4% prevista no início do ano. A inflação não explodiu. Medida pelo IPC-A, atingiu 8,94% e ficou, portanto, dentro da banda estabelecida para a meta oficial do ano. A taxa de câmbio ficou dentro razoável. Apesar de o mercado brasileiro ainda estar em fase de adaptação ao regime de câmbio flutuante, a volatilidade da moeda foi relativamente modesta. No ano, a desvalorização nominal foi de 48% e a real descontada a variação do IPC-A, de 34%.” (p. 42)

“Em linha com o ocorrido no setor financeiro, a carteira de operações de crédito do Unibanco elevou-se no primeiro trimestre pelo efeito da desvalorização sobre a parcela dela indexada à variação cambial. Desde então, em virtude de uma política de créditos prudente, voltada principalmente à manutenção da qualidade das operações, a carteira de crédito tem permanecido praticamente constante. Até outubro, o total de créditos normais do setor financeiro cresceu 5,3%, enquanto as operações de crédito líquidas do Unibanco aumentaram 12,8% no ano.

O crescimento do PIB em 2000 deve vir, principalmente, do dinamismo mais acentuado da indústria, e provocar maior demanda por empréstimos, seja para investimento, seja para capital de giro. Além disso, ao reduzir o temor de desemprego, o crescimento tende a aumentar a demanda do crédito ao consumidor. O aquecimento da economia deve implicar, portanto, um aumento das receitas de crédito e também de tarifas do setor bancário. O Unibanco está preparado para aproveitar todas as oportunidades daí decorrentes.

A queda do valor das exportações e importações brasileiras em 1999 e, principalmente, a redução dos ganhos de arbitragem decorrente da redução da taxa de juro e oscilação do câmbio, entraqueceram a demanda de crédito no comércio exterior. A menor demanda explica a redução da carteira de câmbio e de parte das operações de crédito. Como em 2000 a expectativa é de crescimento das exportações (16%) e das importações (4%), aquelas carteiras devem voltar a crescer. Com as expectativas positivas para 2000, há tendência de recuo da inadimplência e de crescimento considerável das operações de crédito. O Unibanco pretende ganhar participação de mercado durante o ano, mas sem abandonar a premissa da manutenção da qualidade do portfólio e da melhor combinação de risco retorno”.

“A rentabilidade do sistema financeiro com taxas de juros mais modestas e *spreads* menores será determinada pelo aumento da alavancagem e pelo ganho de eficiência.” (p. 43)

Informe Anual 2000

“O lucro líquido - R\$ 739 milhões - aumentou 25% em relação a 1999, permitindo um retorno de 17,2% sobre o patrimônio líquido médio. (pag.130)

Em março de 2000, visando homogeneizar a classificação de crédito e o provisionamento do sistema financeiro, foi implementada a Resolução 2682 do Banco Central, que gerou necessidade de capitalização em algumas instituições públicas, mas também contribuiu para fortalecer e dar maior solidez ao sistema. Em 2000, a carteira de crédito do sistema financeiro aumentou 10,4%. O total de crédito concedido pelo sistema financeiro privado teve uma expansão de 34,7%, refletindo, em parte, a privatização de bancos estatais, enquanto o concedido pelo sistema público caiu 10%. É importante notar que 2000 marcou uma inversão histórica, ou seja, a carteira de crédito do setor financeiro privado superou a do setor público. Em dezembro, o crédito concedido pelo sistema financeiro privado correspondia a 55,7% do total, frente a 44,3% em dezembro de 1999.” (p. 22)

O segundo semestre iniciou-se com perspectiva de queda mais acentuada da taxa de juros, tendo em vista a decisão do Banco Central, no final de junho, de reduzir a taxa Selic para 17,5% ao ano, por conta da baixa inflação. No entanto, a preocupação com o cenário internacional manteve a taxa Selic estavel em 16,5% a.a. de julho até dezembro, quando foi novamente reduzida para 15,75% a.a.

A inflação do segundo semestre, medida pelo IPCA, foi de 4,3%, fortemente influenciada pelo reajuste das tarifas públicas. Os temores com relação à situação da Argentina e ao desaquecimento da economia americana deixaram o mercado financeiro nervoso. O crescimento do crédito, embora elevado, acabou sendo inferior ao previsto. O aumento do nível de emprego gerou, a partir do terceiro trimestre, uma recuperação da massa salarial real, estimulando o crescimento do setor de bens de consumo não-duráveis. As exportações de manufaturados e a disponibilidade de crédito continuaram favorecendo a indústria de bens de consumo duráveis, enquanto a redução dos juros beneficiou o setor de bens de capital.

Perspectivas para 2001

Em 2001, com base na conjuntura do início do ano, espera-se que a tendência de queda nas taxas de juros nominal e real se mantenha, seja porque parece não haver perspectiva de aceleração inflacionária ou porque a correta condução da política monetária tem contribuído para reduzir as incertezas e, conseqüentemente, manter a taxa de juros neutra, permitindo que oferta e demanda agregada cresçam à mesma velocidade.

A redução da taxa de juros e sua influência sobre o crédito, associada à recuperação da massa salarial, em torno de 4%, deverá motivar o dinamismo da demanda agregada em 2001. A projeção para o PIB é de um crescimento superior a 4,0%, impulsionado por um avanço da produção industrial na ordem de 6,0%. (p 23)

Informe Anual 2001

Com relação ao desempenho do mercado financeiro, a inversão na tendência de queda dos juros e o menor crescimento da economia fizeram com que a expansão do crédito fosse inferior à prevista. Apesar deste fato, o setor financeiro expandiu 4,2% no ano o total de

crédito, sendo que o setor financeiro privado mostrou expansão de 21%. Três grandes movimentos marcaram a indústria em 2001: os processos de saneamento e de capitalização dos bancos públicos federais, a continuidade do processo de privatização dos bancos estaduais e a continuidade da tendência de consolidação do sistema.

Em relação ao Unibanco, as mudanças do rumo da economia puderam ser sentidas no crescimento aquém do esperado para alguns produtos, fruto em muitos casos de maior cautela na execução dos negócios, como no crédito. Estas correções de rota, entretanto, não impediram o banco de alcançar resultado recorde no período. (p. 2)

Relatório Anual 2002

O ano de 2002 pode ser considerado um dos mais difíceis e atípicos da história econômica recente de nosso País. O ano alternou momentos de otimismo e pessimismo e as apostas de uma recuperação econômica mais forte acabaram não se confirmando. No primeiro trimestre, o País apresentava bons fundamentos econômicos, juros em queda, inflação e câmbio sob controle. No segundo trimestre, na medida em que a crise argentina se agravava e a tensão preeleitoral brasileira aumentava, o otimismo foi cedendo lugar à incerteza.

O humor dos mercados mudou significativamente com a deterioração do cenário externo, causada pela divulgação de fraudes contábeis nas demonstrações financeiras de grandes empresas, nos EUA, que tiveram efeitos perversos sobre os mercados acionários em todo o mundo. No Brasil, em virtude da mudança nas percepções, começaram a se agravar as pressões sobre o Real e sobre os índices de preços.

No final do ano, aos desafios existentes somaram-se novas preocupações de ordem externa. Com o aumento dos níveis de aversão ao risco dos investidores estrangeiros, as linhas de financiamento externo escassearam. Nesse contexto, o Banco Central voltou a elevar fortemente os juros nos últimos meses de 2002. Por tudo isso, a volatilidade e as fortes oscilações nos preços dos ativos financeiros foram uma constante no mercado financeiro brasileiro. Após a divulgação da equipe econômica do novo governo, houve uma sensível melhora das expectativas. Nesse ano tão volátil e atípico, as atividades do Unibanco nos vários segmentos em que atua foram pautadas pela cautela, levando-nos a redobrar a prudência na concessão de crédito. Nossa posição de títulos públicos sofreu significativa desvalorização, em ambiente de baixa liquidez. Assim, embora o balanço dos nossos negócios tenha sido positivo, não atingimos nosso objetivo de manter o lucro por ação do Unibanco crescendo a uma taxa de 15% ao ano. (p. 1)

Macroeconomia e Sistema Financeiro

Mais uma vez, o crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro foi baixo. As últimas estimativas disponíveis indicam que o PIB do País deverá registrar uma taxa de crescimento entre 1,5% e 2,0% em 2002, bem abaixo das expectativas do início do ano. O fato é que a forte crise financeira que se abateu sobre o Brasil a partir do segundo trimestre do ano comprometeu a performance econômica, à medida em que o aumento do risco País – que chegou a cerca de 2.400 pontos na virada do terceiro trimestre – levou a taxa de câmbio a patamares inéditos. A permanência da taxa de câmbio entre R\$ 3,50 e R\$ 4,00/US\$ durante a maior parte do segundo semestre fez com que as taxas de inflação no período se acelerassem, exigindo um aumento das taxas de juros, o que acabou desacelerando a economia. A desvalorização do real frente ao dólar alcançou 52,3% no ano, apesar da valorização de 9,3% no quarto trimestre, enquanto a inflação ultrapassou a casa dos 12%, bem superior à meta fixada pelo governo.

HSBC -

“Aos nossos clientes, ao mercado e ao público em geral:

O início de 1999 foi marcado por mudanças na condução da política de câmbio que ocasionaram forte impacto na economia brasileira. Em consequência, os consumidores se retraíram, com especial ênfase nas dívidas de longo prazo: os spreads diminuíram e as vendas de produtos sofreram um impacto inicialmente negativo. O HSBC Bank Brasil, para fazer frente a esta situação, adotou durante o primeiro trimestre uma postura mais conservadora em relação à concessão de créditos, mas preservando o apoio aos clientes tradicionais e assegurando a continuidade de seus negócios. Ao longo do ano a economia voltou a mostrar sinais de recuperação, permitindo ao Banco fechar o ano com resultados significativamente positivos..

O HSBC Bank Brasil apresentou no exercício de 1999 um lucro líquido de R\$240.373 mil, representando uma evolução de 109,5% sobre o resultado de dezembro de 1998 e um retorno de 25,8% sobre o patrimônio líquido do final do período.

O Banco adota uma política conservadora em relação à constituição de provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa. Assim, os efeitos da maxidesvalorização cambial para as pequenas e médias empresas influenciaram o volume de provisões feitas pelo Banco para créditos de liquidação duvidosa em 1999.”

A atuação no mercado de pessoas físicas e pequenas empresas focou-se na intensificação das relações com os clientes, enfatizando a qualificação do conjunto de produtos e serviços oferecidos. Destacaram-se os seguintes negócios e novos produtos e serviços:

Auto Finance

O Auto Finance, área voltada ao financiamento de veículos, navegou na direção contrária à crise do setor automobilístico em 1999. Num ambiente de retração, em que as indústrias venderam 200 mil unidades a menos que em 1998, o Auto Finance se consolidou no mercado e reforçou as relações com as principais revendas, realizando cerca de 24 mil operações....

Em função da política de pulverização do risco e ênfase no financiamento a pessoas físicas, o ano registrou um crescimento, em relação a 1998, de 91% no total de operações para pessoas físicas e de 74% nos valores financiados. Este incremento permitiu ao HSBC obter 36,2% de market share em volume de operações e 32,2% dos valores financiados.”... (p. 5)

“Crédito

Com o objetivo de construir e manter uma carteira de ativos sólidos e de boa qualidade, propiciar relacionamentos duradouros com os clientes e adicionar valor à instituição, o HSBC imprimiu um tom conservador à sua política de crédito, evitando concentrar operações com setores de maior risco; desenvolveu sistemas automáticos de scoring para a concessão e manutenção de linhas de crédito; centralizou a cobrança; melhorou a área de risk management com o objetivo de introduzir mecanismos de controle e gestão de portfólio mais eficientes; e introduziu ferramentas mais apuradas para aprovação de crédito.” (p. 7)

Relatório da Administração 2000

“Provisões de Crédito

O HSBC adaptou seus processos e controles aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, por meio da Resolução nº 2.682/99, quanto a classificação das operações de crédito e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Esta adaptação não acarretou

efeitos substanciais no nível de provisionamento anteriormente adotado pela Instituição.” (p. única)

Relatório da Diretoria 2001

Provisões de crédito

O resultado do Banco em 2.001 foi afetado pelo crescimento das provisões de crédito, principalmente em decorrência do forte crescimento das operações com pessoas físicas no final de 2.000. As receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil cresceram 29.3%, enquanto as provisões de crédito apresentaram um incremento de 53.8% em relação a 2.000, elevando sua representação em relação ao total das receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil para 18,9% em 2.001 (15,9% em 2.000). (p. 1)

Corporate Banking

A área de Corporate Banking continuou expandindo suas atividades tanto em volume de ativos e passivos como em novos produtos e clientes, sendo reconhecida no mercado por suas operações nos mercados de capitais, comércio exterior e cash management. Presente com unidades nos principais centros econômicos do país, o Corporate Banking do HSBC tem por objetivo manter relacionamento de longo prazo com os 500 maiores grupos empresariais do Brasil, por meio da oferta integrada de uma grande variedade de produtos e serviços bancários. (p. 2)

Sudameris

Relatório da Administração 1998

“O crescimento do PIB no exercício sob análise não deverá ultrapassar 0.5% contra 3.5 % em 1997, o que permite avaliar o impacto da crise sobre o Brasil. Tal resultado é consequência de uma política monetária baseada numa taxa de juros elevada, que teve por efeito reduzir as vendas do varejo e a produção industrial, especialmente para os bens de consumo duráveis. Neste quadro, a queda da inflação registrada em 1998 (deflação de 1,79 % do IPC-Fipe para a cidade de São Paulo e um aumento de apenas 1,71 % medida pelo IGP) deve ser recebida com cautela: reflete a violenta queda da demanda como consequência da redução da massa salarial, acompanhada de uma queda de rentabilidade das empresas que interrompeu a retomada dos investimentos.” (p.8)

“A gradual redução das taxas de juros ao longo do 1º semestre do exercício não foi suficiente para favorecer a retomada da atividade econômica. Uma nova elevação das taxas de juros implementada pelas autoridades monetárias para minimizar os efeitos da saída de divisas diante da crise advinda da moratória russa no 3º quadrimestre exigindo um rigor ainda maior em sua concessão.” (p.13)

Relatório da Administração 1999

“As elevadas taxas de juros, somadas às restrições creditícias – em um contexto da queda de massa salarial –, afetaram os segmentos que mais dependem das vendas a prazo, como automóveis e eletrodomésticos.” (p.9)

“A maxivalorização do real frente ao dólar seguida da liberalização do câmbio no início do ano, aliada à manutenção de altas taxas de juros num contexto de elevado índice de desemprego e desaquecimento da atividade econômica, inibiram as operações de crédito na medida em que exigiram aperfeiçoamento dos mecanismos de análise e, conseqüentemente, um maior rigor em sua concessão.

Com a contínua tendência de queda dos “spreads”- diferença entre os recursos de captação e a taxa de repasse dos recursos aos clientes – particularmente na concessão do crédito a empresas de médio e grande portes, o Conglomerado Sudameris definiu como estratégia, no exercício sob análise, a segmentação do mercado com forte atuação no varejo. Para tanto, foram desenvolvidas políticas e mecanismos para concessão de crédito automático para pessoas físicas, pequenas e micro-empresas” (p. 14)

“A fim de reforçar o [patrimônio líquido e potencializar nossas atividades com a alavancagem de novas operações, salientamos que no início de novembro houve ingresso de recursos adicionais no Banco Sudameris da ordem de R\$ 384 milhões oriundo de empréstimo no exterior (sendo R\$ 327 milhões provenientes da Banca Commerciale Italiana – London e R\$ 57 milhões da Banque Sudameris – Paris), sob a forma de dívida subordinada nos termos da Resolução 2.543 do Banco Central do Brasil.” (p.17)

“O resultado do Banco foi afetado, particularmente, pelo esforço adicional no montante de R\$ 100 milhões na provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa realizado no mês de setembro/99, bem como pelo sensível acréscimo nos custos fixos funcionais face à expansão da rede de agências e incremento dos investimentos visando à integração do parque informático BSB/BAS.

Embora os efeitos da mudança da política cambial com o dólar atingindo R\$ 1,98424 em janeiro de 1999 tenha propiciado um ganho expressivo de R\$ 107, 1 milhões com as posições compradas em dólar futuro, papéis públicos indexados à moeda norte-americana e operações com trading de moedas, este ganho resultou por ser diluído, entre outros fatores, face à queda na margem líquida de juros das operações de crédito ao longo do ano.” (p.18)

Relatório da Administração 2000

“A retomada do crescimento em 2000 teve o seu impulso na indústria, influenciada pela evolução das exportações e expansão da demanda de bens duráveis, devido a recomposição da oferta de crédito.” (p.6)

Relatório da Administração 2001

“A demanda de crédito apresentou crescimento moderado face ao cenário de desaquecimento da atividade econômica, maior cautela dos tomadores e postura mais seletiva das instituições financeiras. A melhoras nos níveis de risco das carteiras de crédito e a postura do Banco Central no mercado de câmbio (oferecendo hedge de curto prazo em vários leilões de papéis cambiais, além de medidas na área monetária, restringindo a liquidez do sistema) propiciaram uma importante mudança de perspectivas no mercado.” (p.18)

“Iniciamos o exercício de 2001 com projeções otimistas que se concretizaram ao longo do ano graças ao esforço persistente e coordenado das equipes de direção e do funcionalismo em geral.

A ampliação da rede de agências (292, contra 270 em 31/12/2000), o rendimento dos recursos humanos (6531 colaboradores, contra 6812 no ano precedente), a ampliação da base de

clientes, a penetração nas praças ultimamente incorporadas à rede, além da seletividade na concessão de crédito e gestão de negócios, permitiram superar os resultados projetados.” (p.19)

Relatório da Administração 2002

“A elevação a partir de junho/2002, pelo Banco Central do Brasil, da alíquota do depósito compulsório de 10 % para 15 % sobre os depósitos a prazo, bem como os recolhimentos compulsórios adicionais sobre depósitos à vista (8 %), de poupança (10 %) e à prazo (8 %) exigidos a partir do mês de outubro, provocaram sensível redução na disponibilidade das instituições para o mercado de crédito no último trimestre do ano. A elevação das taxas de juros também contribuíram para o arrefecimento das operações.

Em que pese tais fatores, o Sudameris Consolidado registra uma receita de crédito 25,6 % superior a do exercício precedente (R\$ 2.236,4 milhões, contra R\$ 1.781,3 milhões em 2001). Com pequena retração de 1,8 %, as Operações de Crédito (consolidado) totalizaram R\$ 5.412,1 milhões, contra R\$ 5.511,1 milhões em 31/12/2001. Os empréstimos e Títulos Descontados, representando 52,7 % da carteira, apresentaram evolução de 8,9 % (R\$ 2.851,8 milhões, contra 2.617,6 milhões em 31/12/2001), enquanto os financiamentos, com uma representatividade de 44,1 % das operações de crédito, sofreram decréscimo de 13,1 % (R\$ 2.387,7 milhões, contra R\$ 2.749,2 milhões ao final de 2001).

Na área internacional, a escassez de linhas de crédito do exterior, face à elevação do risco Brasil afetou o volume das operações.”

“Num ambiente de incertezas e de pouca demanda de crédito, o banco Sudameris manteve-se voltado para o seu crescimento operacional visando a maximização de resultados, com segurança. Demos prosseguimento ao processo de operação qualitativa de carteira de crédito, resultando uma menor necessidade de provisões para devedores duvidosos em relação a carteira (7,1 % no exercício sob análise, contra 7,6 % em 2001).”

“O início do ano de 2002 apontava para uma extensa fase de negociação em torno da mudança de controle acionário do Sudameris Brasil, o que poderia ocasionar um certo arrefecimento em suas operações. Contudo, ao contrário do que normalmente ocorre nestas circunstâncias, o exercício se caracterizou por um período de convergência de esforços na ampliação base de clientes e de penetração nas praças ultimamente incorporadas à nossa rede, priorizando-se a seletividade na concessão do crédito e o adequado provisionamento aos riscos inerentes às operações.”

ANEXO III Regulamentação prudencial

Adoção do Acordo de Basiléia - Resolução 2.099/1994

É considerado um marco regulatório sob o ponto de vista prudencial, pois a abordagem de supervisão tendo o patrimônio líquido das instituições como referência (enfoque baseado no passivo) foi substituída pelo estabelecimento de limites em função do nível de risco de crédito gerado pelas operações realizadas pelas instituições (ativos ponderados pelo risco). Por intermédio da Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994, foram incorporadas no Brasil as recomendações estabelecidas pelo Acordo de Basiléia, de 1988, que determinaram às instituições financeiras em funcionamento no País a manutenção de nível mínimo de capital, compatível com o grau de risco de crédito de seus ativos. Essas regras consistem, resumidamente, na atribuição de fatores de ponderação de risco - 0%, 20%, 50% e 100% - aos ativos, sendo que o capital mínimo exigido é definido como um percentual aplicado sobre o resultado dessa ponderação - atualmente, 11%, conforme determinou a Circular 2.784, de 27 de novembro de 1997. Por se tratar de metodologia padronizada e dirigida ao mercado internacional, o Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia, ao divulgar o referido Acordo, adotou posição conservadora quanto da atribuição dos fatores de ponderação, deixando, ainda, a critério dos órgãos de supervisão bancária de cada país a eventual exigência de percentual superior aos 8% originais, como forma de atingir o nível de segurança adequado. É importante ressaltar que, desde a edição da referida Resolução 2.099, de 1994, várias foram as alterações promovidas, em âmbito nacional e internacional, motivadas pela evolução do mercado e dos instrumentos financeiros. Tais modificações foram efetuadas ora por recomendações do Comitê de Basiléia, ora pela necessidade de adaptação às práticas adotadas internacionalmente e em função de critérios particulares vinculados ao risco específico dos ativos avaliados.

Exposição de Motivos nº311 do Ministério da Fazenda (agosto 1995) - fixa diretrizes básicas para utilização da prerrogativa conferida pelo artigo 52 das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabelece que é do interesse do país a entrada e/ou aumento da participação de bancos estrangeiros na economia brasileira.

Central de Risco de Crédito - Resolução 2.390/1997 Outro avanço significativo constituiu-se na criação da Central de Risco de Crédito, a partir da qual as instituições financeiras passaram a identificar e informar os clientes, sejam pessoas físicas ou jurídicas, que possuam saldo devedor igual ou superior a R\$5.000,00. O objetivo da Central de Risco é disponibilizar dados relativos ao

montante das dívidas, obrigações e, ainda, créditos baixados como prejuízo, discriminados por tomador individual e por conglomerado. A Central de Risco possibilitou melhor apuração da capacidade de pagamento do cliente e, conseqüentemente, do risco de crédito global da carteira de cada instituição. As informações oriundas da Central de Risco são utilizadas no fortalecimento da atuação de supervisão bancária, na análise e concentração de risco por devedor, na mensuração do risco e avaliação da qualidade do portfólio, na comparabilidade quanto à eficiência e consistência dos modelos de classificação e de concessão das operações de crédito utilizados pelas instituições. Atualmente, a Central de Risco está sendo reformada com vistas a ampliar e aperfeiçoar o seu funcionamento, por meio da construção de uma Central que atenda ao Banco Central, nas suas necessidades de informação (função regulatória), e ao Sistema Financeiro na busca pela diminuição da inadimplência e conseqüente aumento do volume de crédito (função de bureau de crédito).

Classificação das operações de crédito --Resolução 2.682/1999 A edição da Resolução 2.682/1999 objetivou, fundamentalmente, estabelecer procedimentos mais abrangentes para a classificação das carteiras de crédito, proporcionando a constituição de provisões para perdas em bases tecnicamente mais adequadas, considerando não apenas variáveis relativas ao andamento da operação -- atraso --, mas também aquelas de caráter prospectivo tais como capacidade de geração de fluxo de caixa do devedor, segmento econômico de atuação, condições macroeconômicas, setoriais, etc. [...]Estas regras permitiram também maior nível de transparência, ao exigir a divulgação de notas explicativas nas demonstrações financeiras publicadas, evidenciando a classificação das operações de crédito por níveis de risco. Além disso, é importante destacar que o Banco Central pode determinar provisionamento adicional em função da responsabilidade do devedor junto ao SFN, tomando por base informações disponíveis na Central de Risco de Crédito.

Cessão de crédito -- Resolução 2.686/2000

A Resolução 2.493/1998 autorizou a realização da cessão de créditos a entidades não pertencentes ao SFN e criou condições para que companhias constituídas com características específicas, ao adquirirem tais direitos de crédito, viabilizassem a securitização de recebíveis. Com o intuito de expandir as possibilidades de securitização, foi editada a Resolução 2.686/2000 que permitiu a cessão de crédito com coobrigação. Tal normativo possibilitou que créditos não recebidos possam retornar, total ou parcialmente, à instituição cedente. Determinou também modificações no critério de exigência de patrimônio das instituições cedentes. O critério adotado é similar ao recomendado internacionalmente, alertando para a necessidade de ser identificada, com clareza, a transferência total ou parcial do risco associado aos créditos cedidos. Desta forma, as instituições deverão manter capital suficiente para cobrir a coobrigação assumida ou qualquer outro risco resultante da operação de cessão de créditos. A expansão das possibilidades de securitização tem vários efeitos positivos no mercado financeiro, principalmente por permitir maior pulverização do risco. O resultado esperado é maior eficiência na alocação de crédito das operações e menor custo de empréstimos para empresas e pessoas físicas.

Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais - PROEF- Medida Provisória nº 2.196-3 de agosto de 2001 (inicialmente Medida Provisória nº 2.155 de junho de mesmo ano) que consiste basicamente em estabelecer cessão de ativos de baixa liquidez e rentabilidade, dos bancos federais (Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal), para Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), criada especificamente pelo governo central para essa finalidade. Essa reestruturação objetiva adequação patrimonial das instituições envolvidas, aos requerimentos de capital estabelecidos na adesão ao Acordo de Basiléia⁶².

Derivativos de crédito -- Resolução 2.933/2002 e Circular 3.106/2002 Os derivativos de crédito são instrumentos que permitem a realização de operações onde há a transferência do risco de crédito para uma contraparte receptora, sem a efetiva transferência do ativo subjacente. Tais instrumentos representam um importantíssimo instrumento de mitigação de risco de crédito, de fundamental relevância no esforço de redução do spread bancário. No

⁶² Para mais detalhes ver Capítulo 4 .pag

Brasil as operações com derivativos de crédito foram regulamentadas por meio da Resolução 2.933/2002 e da Circular 3.106/2002. Estas normas delinham quais instituições podem comprar ou vender proteção contra risco de crédito, permitindo a negociação de dois tipos de derivativos de crédito: os credit default swaps (swap de crédito) e os total return swaps (swaps de taxa de retorno total). Os contratos de swap de crédito prevêm a transferência do risco da contraparte transferidora para a receptora, que assume a obrigação de comprar os créditos referenciados ou, simplesmente, de pagar determinado valor caso ocorra um evento de deterioração de crédito. Enquanto isso, o swap de taxa de retorno total prevê que, para um determinado ativo de referência, todo o fluxo de pagamentos dele originado será repassado da contraparte transferidora para a receptora, a qual devolverá à primeira o custo de captação dos recursos aplicados no ativo de referência. Caso esse ativo não seja honrado, toda a depreciação incorrida será paga pela contraparte receptora à transferidora. As mencionadas regras dão ainda outras providências, tais como limitar a contratação dessas operações àquelas situações onde o comprador de proteção detiver o crédito originador ou quando o ativo subjacente for negociado regularmente em mercados organizados, ou seja, quando seu preço for passível de verificação, além de restringir o montante da transferência de risco ao valor do ativo subjacente.